



Universidades Lusíada

Sousa, José Luís Reis de

O lugar como agente aglutinador de ações sociais

<http://hdl.handle.net/11067/5078>

Metadados

Data de Publicação

2019

Resumo

O meio ambiente em que nos movimentamos, nomeadamente o construído, tem sido objeto de estudo, ao longo do tempo, por diversas disciplinas. Partindo do pressuposto, que existe uma interligação e uma indissociabilidade da pessoa com o ambiente e vice-versa, esta dissertação debate, a Arquitetura enquanto locus e a sua interseção com as Ciências Humanas, nomeadamente, a Psicologia e a Sociologia. Este estudo visa explorar a inter-relação do comportamento humano com o espaço construído, e auxiliar ...

Abstrat: The environment in which we move, namely the built environment, has been the object of study over time by various disciplines. Based on the assumption that there is an interconnection and an inseparability of the person with the environment, this dissertation discusses Architecture as a locus and its intersection with Human Science, namely, Psychology and Sociology. This study aims to explore the interrelation of human behavior with the built space, helping the practice of Architectur...

Palavras Chave

Arquitetura, Comportamento Humano, Lugar

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

no

Coleções

[ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:11:47Z com informação proveniente do Repositório



**O LUGAR COMO AGENTE AGLUTINADOR
DE
AÇÕES SOCIAIS**

José Luís Reis de Sousa



Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitetura
pela Universidade Lusíada – Norte, *Campus* de Via Nova de Famalicão

FAA – Faculdade de Arquitetura e Artes
Dezembro 2018



UNIVERSIDADE LUSÍADA – NORTE
CAMPUS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O LUGAR COMO AGENTE AGLUTINADOR
DE
AÇÕES SOCIAIS

José Luís Reis de Sousa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientador: Prof. Doutor Francisco Peixoto Alves

Vila Nova de Famalicão, Dezembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os Professores que contribuíram para o meu conhecimento.

Um agradecimento especial para o Professor Doutor Francisco Alves, por ser uma referência como Professor e por aceitar ser meu orientador, sempre com a maior das disponibilidades em ajudar e acima de tudo um obrigado pela amizade que deixa fazer sentir.

Agradeço a todos aqueles que, de diferentes maneiras, participaram neste trabalho, seja através de sugestões, informações, ideias, gestos e palavras de estímulo, em especial à minha irmã, namorada e amigo Nuno pelo incentivo em findar este processo académico com o presente trabalho.

Finalmente, obrigado aos meus pais por terem contribuído para que pudesse chegar até este momento, mesmo que passados muitos anos, e que me desculpem qualquer coisa.

ÍNDICE

Agradecimentos	II
Índice	III
Resumo	V
Abstract	VI
Introdução	7
Tema e Problemática de Pesquisa	8
Propósito da Temática	11
Restrição do Domínio de Estudo	11
Organização e Assunto dos Capítulos	12
Capítulo 1 - Definições Gerais	13
Psicologia Ambiental	14
Arquitetura como Lugar	16
Sociologia, Diversidade de Grupos e Problemas da Interação Social	21
Capítulo 2 – Fatores de Influência do Comportamento no Ambiente Físico	24
<u>1 - Fatores Psicológicos</u>	25
1.1 - Compreensão da interação no meio ambiente	25
1.2 - Ambiente Físico como Base das Relações Sociais	26
1.3 - Relações Sociais	28
1.4 - Relações Socioespaciais	29
- Privacidade	30
- Espaço Pessoal	31
- Territorialidade	31
- Comportamento Territorial	32
- Organização Social e Identidade Social e Pessoal	35

- Planear a Territorialidade	35
1.5 - Qualificação da Interação Social na Ambiência Urbana	36
<u>2 - Fatores Arquitetónicos</u>	37
2.1 - Aspetos Ambientais Dominantes nas Relações Sociais	37
- Fatores Geradores de Convivência Social	38
- Acessibilidade do Lugar	39
- Rua	40
- Áreas Verdes	41
- Atributos Espaciais	41
- Segurança	42
- Diversidade do Edificado	43
- Robustez e Liberdade de Ação do Lugar	44
<u>3 - Fatores Sociológicos</u>	45
3.1 - Descrição dos Elementos Estruturais Dominantes nos Contactos Sociais	45
- Hábitos de Vida	46
3.2 - Consequências dos Contactos entre Grupos	47
3.3 - Aspetos Organizacionais Preponderantes nos Contactos Sociais	48
Capítulo 3 - Impactos Espaciais Contemporâneos no Comportamento	50
Modificações Contemporâneas do Ambiente Urbano	51
Reforma do Espaço Público Atual	54
Crítica aos Lugares Urbanos Contemporâneos	56
Espaços Comerciais	58
Conclusão	60
Referências Bibliográficas	63

RESUMO

O meio ambiente em que nos movimentamos, nomeadamente o construído, tem sido objeto de estudo, ao longo do tempo, por diversas disciplinas. Partindo do pressuposto, que existe uma interligação e uma indissociabilidade da pessoa com o ambiente e vice-versa, esta dissertação debate, a Arquitetura enquanto *locus* e a sua interseção com as Ciências Humanas, nomeadamente, a Psicologia e a Sociologia.

Este estudo visa explorar a inter-relação do comportamento humano com o espaço construído, e auxiliar a prática da Arquitetura, através do conhecimento dessa simbiose do ser humano com o meio ambiente, e dos seus fatores envolvidos. Para tal, foi realizada uma pesquisa teórica e interdisciplinar, com enfoque na identificação de fatores induzidos pelos lugares que os arquitetos (re)criam, e aos quais o ser humano reage (in)conscientemente, através de diferentes emoções e comportamentos.

Em suma, conclui-se com esta revisão teórica, a importância e o poder do lugar sobre a sociedade, quer ao nível dos comportamentos públicos, quer ao nível emocional e comportamental de cada indivíduo, acentuando, no Arquiteto a sua tarefa de projetar e reorganizar lugares, bem como a existência de uma responsabilidade social, mais do que individual. Salienta-se ainda, a ideia de que a Arquitetura não necessita de grandes orçamentos ou tecnologias avançadas, para servir o ser humano e o influenciar positivamente, sendo possível observar que a criatividade *possibilita fazer muito com pouco*.

Palavras-chave: Arquitetura; Psicologia; Sociologia; comportamento humano; lugar;

Arquiteto.

ABSTRACT

The environment in which we move, namely the built environment, has been the object of study over time by various disciplines. Based on the assumption that there is an interconnection and an inseparability of the person with the environment, this dissertation discusses Architecture as a *locus* and its intersection with Human Science, namely, Psychology and Sociology.

This study aims to explore the interrelation of human behavior with the built space, helping the practice of Architecture, through the knowledge of this symbiosis of the human being with the environment and its factors involved. A theoretical and interdisciplinary research was carried out, focusing on the identification of factors induced by the places that architects (re) create, and to which the human being reacts (in) consciously, through different emotions and behaviors.

In conclusion, this review evidences the importance and power of the place on the society, both in terms of public behavior and in the emotional and behavioral level of each individual, accentuating in the Architect his task of designing and reorganizing places, as well as the existence of social responsibility rather than individual responsibility. As that architecture does not need large budgets or advanced technologies, to serve the human being and to influence positively, being possible to observe that creativity, makes it possible.

Keywords: Architecture; Psychology; Sociology; human behavior; place; Architect.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, resulta de uma revisão de literatura, tendo por objetivo a elaboração de uma dissertação de mestrado no âmbito da disciplina de projeto, lecionada no 5º ano da licenciatura de Ciências da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada. Como base de sustentação das ideias propostas, efetuei várias pesquisas bibliográficas, das quais resultaram um avolumado conjunto de material de estudo que, posteriormente foi assimilado, articulado e inserido neste trabalho, bem como, a absorção de conhecimento captado no decurso de todo o processo académico. Pretendo ainda que este trabalho seja o mais próximo possível da realidade concreta e objetiva em que vivemos.

Os contactos sociais têm sido cada vez mais abordados, em diferentes áreas de estudo, em função das suas consequências no meio urbano. Os conteúdos debatidos, posteriormente, ambicionam colaborar para um melhor entendimento da importância das características ambientais sobre a população, que definem diferentes estilos de vida associados a diferentes comportamentos, que por sua vez parecem afetar o potencial e a dinâmica de circulação na cidade, bem como, ajudar na elaboração de estratégias de planeamento que promovam a adequação dos espaços às preferências e necessidades das suas populações.

Neste ponto introdutório apresento a contextualização do tema, a sua problemática bem como os objetivos da pesquisa e delimitação do domínio de estudo. Posteriormente, e de forma a facilitar uma primeira aproximação aos assuntos abordados, nos vários capítulos, é também, de modo sucinto, descrito o que será o meu propósito primordial, discutido em cada um deles.

Tema e Problemática da Pesquisa

O fascínio que está presente no ato de criar a cidade e as formas de vida constitui um forte estímulo para a nomeação do tema desta dissertação: “**o lugar como agente aglutinador de ações sociais**”. A escolha deste tema resulta de um interesse pessoal na procura de repostas relativas ao papel do Arquiteto no momento do projeto, através do entendimento do Homem como ser biológico e social.

Desde sempre o Homem e a Arquitetura se relacionaram com o intuito deste se abrigar dos elementos naturais. Depois das referências da nossa infância captadas na nossa casa/lar, uma passagem para a visão do mundo exterior, podemos considerar que a cidade é a nossa segunda grande casa, uma referência territorial em relação ao universo que construímos, que nos seduz ou repugna e nos estimula ou provoca a cada momento, e onde também a sociedade foi progredindo ao longo dos tempos, aumentando a sua interação com os seus espaços.

Por outro lado, o que gerámos como Arquitetura acompanhou esta evolução do Homem, sendo conseqüentemente moldada por ele. A Arquitetura foi-se assim transfigurando, dominada pela correspondente multiplicidade das culturas, caracterizadas pelo carácter específico dos lugares, dos indivíduos da época, das diferentes correntes de pensamento e articulação teórica, e talvez, com a complexidade deste crescimento, ignorando cada vez mais a sua própria essência, o próprio Homem.

Como resultado deste afastamento, as perspectivas sobre os lugares têm sido demasiado limitadas à sua função, economia, representação simbólica ou valores estéticos, sem referências determinantes ao vínculo essencial entre a Arquitetura e o Homem.

Arrastada para uma separação corpo/mente, a atualidade acaba por ser guiada por um discurso arquitetónico direcionado mais para o intelecto do que para os sentidos e respostas corporais. Apesar das teorias *Humanistas*, focadas nas necessidades do homem e da sociedade, que são hoje estudadas e aplicadas, muitas delas, tentam satisfazer um ser que na verdade não conhecem. Como exemplo, desta afirmação, estão as críticas feitas à arquitetura moderna considerada por muitos como emocionalmente fria e distante do homem, sugerem que arquitetos adotaram uma atitude demasiado *Formalista*, em vez de projetarem para as realidades da vida e mente humana de modo integrado.

“o exagero atual da ênfase das dimensões intelectual e conceitual da arquitetura contribui para o desaparecimento da sua essência física, sensorial e corporal. A arquitetura contemporânea, que se finge vanguardista, muitas vezes está mais envolvida com o discurso da arquitetura propriamente dito e com o mapeamento de territórios marginais possíveis para a arte do que com a resposta às questões existenciais humanas”.

(Juhani Pallasmaa, 2011: 32)

Não devemos depender apenas das ciências exatas, devemos dar destaque semelhante a outros campos, nomeadamente às ciências humanas, como a Psicologia e a Sociologia. Conhecer o ser humano implica conhecê-lo em corpo e mente, perceber como se move, como sente e a que estímulos reage.

Inúmeros estudos têm demonstrado como o meio em que estamos inseridos é capaz de provocar alterações neurológicas no nosso cérebro, alterando conseqüentemente o nosso comportamento e as nossas emoções. Os ambientes que experienciamos alteram a nossa mente, revelando a singularidade do cérebro de cada um e a especificidade dos ambientes onde evoluem. Já nos anos 60, psicólogos observaram que o comportamento de um indivíduo variava mais em diferentes espaços, do que o comportamento de diferentes indivíduos no mesmo espaço.

A base social de um lugar é feita através do envolvimento das impressões das pessoas, das suas necessidades e expectativas, às ligações do espaços e a sua participação ativa na criação e manutenção desses mesmos espaços, por isso, cabe ao arquiteto captar o espírito que cada lugar transmite, e embora com outras funções ou matérias, manter intato o seu encanto, estimulando a troca de experiências entre pessoas. A função principal da arquitetura é dar significado ao espaço construído e simultaneamente responder às necessidades físicas e psicológicas do Homem no seu habitat.

Conforme afirma Henrique Muga, 2005:

“Uma abordagem psicológica da arquitetura pode enveredar por dois caminhos complementares mas distintos: um primeiro, dirigido ao processo criativo inerente à conceção do projeto arquitetónico, e um segundo, centrado na utilização da obra materializada. Os dois caminhos estruturam-se no espaço do psiquismo, contudo, enquanto o primeiro se centra na mente criadora do arquiteto, o segundo orienta-se para o psiquismo do utente no objeto arquitetónico concreto, no processo de interação, apropriação e recriação desse objeto.”

Este trabalho consiste numa reflexão, para que possamos ver até que ponto um lugar consegue influenciar a sociedade nos seus comportamentos públicos. Compreender a importância do fenómeno da percepção, e naturalmente de comportamentos psicofisiológicos do observador perante o espaço que o rodeia. Demonstrar a problematização do ato de reflexão sobre a importância do lugar no ato de projetar, e se uma nova intervenção arquitetónica consegue mudar o carácter do lugar (*genius loci*) e sua envolvente próxima.

Tomando como base que certos comportamentos transgressivos, isto é, atos não punidos como crime, mas que inspiram um fim agressivo são originados pelos condicionalismos configuracionais e morfológicos do espaço construído, bem como espaços harmoniosos e agradáveis que propulsionem os contactos sociais e o bem-estar social, o problema de pesquisa desta análise alberga, portanto, a percepção dos fatores espaciais que influenciam no comportamento e relações sociais entre grupos, ora sócio-culturais ou socioeconómicos diferentes no lugar.

Perante todas estas questões pretendo perceber/estudar com este trabalho que se pode afirmar, de acordo com Vasco Croft, 2001:

“(...) o Homem se traduz na arquitetura e que esta, por sua vez, se traduz em valores humanos”.

Propósito da Temática

Esta dissertação procura, antes de mais, contribuir para o entendimento do funcionamento dos espaços públicos de aglomeração social e ajudar o progresso de planos apropriados para a apreciação da dinâmica das sociedades projetadas em meios urbanos. Assim, a escolha desta temática passa por demonstrar a influência que o arquiteto exerce perante os indivíduos da sociedade. Ou seja, o que pretendo é refletir de que forma um arquiteto tem o poder de educar, sugerir ou mudar comportamentos e valores de um determinado grupo de pessoas com a sua arquitetura.

Restrição do Domínio de Estudo

Logicamente, a temática escolhida num trabalho deste caráter não pode ficar findada por aqui, pois o ambiente, bem como as necessidades sociais estão em constante devir, pelo que conquistar o seu entendimento é um processo que deverá progredir continuamente, pelos anos, décadas e séculos posteriores, num molde prospetivo à imagem das metamorfoses ocorridas.

Esta dissertação está inserida nas áreas do ambiente e comportamento, que têm como objetivo a observação da relação recíproca entre o comportamento humano e o ambiente construído.

Do conhecimento adquirido por meio de estudos realizados anteriormente, parte-se então da constatação de que grupos socioeconómicos similares tendem a habitar e frequentar ambientes urbanos comuns e moldados aos seus ideais de vida. Se esse meio é alterado, seja com a inclusão de um novo grupo de características socioeconómicas diferentes das pré-existentes no local, ou mesmo com uma nova reorganização urbana, é formado um procedimento de modificação e ajustamento dos modos de comportamento e hábitos no lugar. Contudo, a presença de vários grupos em ambientes partilhados pode ser benéfico na relação social, na usufruição coincidente dos espaços e até para uma vizinhança passiva, ou por outro lado suscitar desacatos sociais e por sua vez violência.

Após uma recolha de literatura, conclui que são escassos os estudos conclusivos acerca da preponderância das premissas físicas - espaciais na interação social.

Pretendo nesta análise, debater se as propriedades do ambiente físico conseguem prejudicar ou beneficiar o relacionamento social num lugar, que tipos de relações sociais ocorrem em determinados projetos de arquitetura, as suas consequências na coabitação das

peçoas, indicando o que resulta e o que não resulta. Esta pesquisa de dados e factos faculto um maior conhecimento acerca dos enigmas espaciais (Tsiomis, 1996: 24-29; Santos, 1988: 15-46), e serve de auxílio para urbanistas e arquitetos, de como as intervenções arquitetónicas ou urbanísticas devem sustentar necessidades e desejos dos seus utilizadores (Rapoport, 2003; Lang, 1987).

Organização e Assunto dos Capítulos

- No primeiro capítulo, é feita uma breve introdução dos conceitos de Psicologia, Lugar e Sociologia;
- O segundo capítulo reflete o conteúdo teórico-conceptual do presente trabalho, que através de literatura existente, evidencia os processos da interação social e a função do meio físico no modelo de sociabilidade e comportamento das pessoas;
- O terceiro e último capítulo destina-se a uma reflexão sobre os impactos sócio espaciais contemporâneos do espaço público;
- Conclusão.

CAPÍTULO 1

Definições Gerais

Primeiramente, de forma sumária, procuro situar e interligar as cadeiras estruturantes deste trabalho, Psicologia, Arquitetura e Sociologia, através das definições do comportamento humano estudados pela Psicologia ao longo do seu tempo; a definição de Arquitetura como Lugar palco das reações/relações humanas; e por fim uma abordagem à Sociologia, através da compreensão da diversidade de grupos e dos problemas das interações sociais consequentes no meio urbano.

Psicologia Ambiental

Ao longo de dois séculos a psicologia foi desenvolvendo a sua visão face aos comportamentos sociais, de uma abordagem intra psíquica e biológica, centrada no interior do indivíduo, para uma abordagem externa (ambiente), que tem em conta fatores exteriores como: social, ambiente físico natural e construído.

Nesta evolução quatro grandes modelos, se evidenciam de acordo com Altman e Rogoff (1987: 7-4): Modelo dos Traços, Modelo Interacionista, o Modelo Organismico-Sistémico e o Modelo Transaccional.

- No Modelo dos Traços enquadra-se a psicanálise, centrando o enfoque na dimensão irracional no inconsciente. De acordo com Sigmund Freud (1976), entende-se o comportamento manifesto como um símbolo de algo oculto e latente, define a personalidade como um modo habitual da interação das três instâncias psíquicas Id, Ego e Super Ego.

O Id, regido pelo "princípio do prazer", tem a função de descarregar as tensões biológicas. Corresponde à alma concupiscente, do esquema platónico: é a reserva inconsciente dos desejos e impulsos de origem genética e voltados para a preservação e propagação da vida. Ou seja, é parte inconsciente e obscura da personalidade, o reservatório dos impulsos que pretendem exteriorizar-se, e é guiado pelo princípio do prazer.

O Ego lida com a estimulação que vem tanto da própria mente como do mundo exterior. Racionaliza em favor do Id, mas é governado pelo "princípio de realidade". É a parte percetiva e a inteligência que devem, no adulto normal, conduzir todo o comportamento e satisfazer simultaneamente as exigências do Id e do Superego através de compromissos entre essas duas partes, sem que a pessoa se volte excessivamente para os prazeres e sem que, pelo contrário, imponha limitações exageradas à sua espontaneidade e gozo da vida. Divididos entre o princípio do prazer (que não conhece limites) e o princípio da realidade (que nos impõe limites externos e internos), surge o terceiro agente que é o Superego. Este gradualmente formado no Ego, e que se comporta como um vigilante moral, contém os valores morais e atua como juiz moral.

É a parte irascível da alma, a que correspondem os "vigilantes", na teoria platónica. O Superego, também inconsciente, faz a censura dos impulsos que a sociedade e a cultura proíbem ao Id, impedindo o indivíduo de satisfazer plenamente os seus instintos e desejos. É o órgão da repressão, particularmente, da repressão sexual.

- Modelo Interacionista consiste na deslocação do interior para o exterior, ou seja, os comportamentos já não são vistos como auto gerados, mas como resposta a estímulos externos. Aprende-se a reagir de uma determinada maneira a um estímulo através do condicionamento e da associação entre esse estímulo e o comportamento. As variáveis que explicam o comportamento situam-se no meio ambiente, sendo a sua influência medida pela história de associações e de reforços/punições particulares de cada indivíduo.

- Modelo Organismico – Sistémico, ao contrário dos dois modelos anteriores deixa o paradigma positivista e passa para uma abordagem circular, onde a causa e o efeito se influenciam reciprocamente, ou seja, onde as pessoas e o meio exibem relações e influências recíprocas. De acordo com a Teoria de Piaget e a Teoria Ecológica de Desenvolvimento Cognitivo, “o funcionamento intelectual no seu aspeto dinâmico caracteriza-se fundamentalmente pelo processo invariante ‘assimilação (do objeto ao organismo) – acomodação (do organismo ao objeto)’, através do qual o indivíduo se adapta ao mundo” (Muga, Henriques, 2005).

- Modelo transacionista, ao contrário do modelo interacionista, este não separa pessoas, processos e contextos, considera-os como totalidades indecomponíveis. De acordo com a Corrente Humanista de Carl Rogers e de Maslow (anos 60), Rogers (1980) enquadra o indivíduo num modelo de experiência do qual ele é resultado da interação entre o indivíduo e o meio, e o comportamento como o esforço dirigido para a satisfação das necessidades.

O psicólogo Kurt Lewin (1890-1947) foi um dos primeiros a dar importância à relação entre o ser humano e o ambiente. O seu objetivo era determinar a influência que o meio ambiente exercia sobre as pessoas, as relações que com ele estabelece, a maneira como as pessoas reagem, agem e se organizam conforme o meio ambiente. Esta preocupação seguida pelo Lewin (1965) e mais tarde por muitos outros psicólogos, fez nascer uma nova área da psicologia, a psicologia ambiental.

Segundo a psicologia ambiental, o meio ambiente pode ser definido como: todos os contextos em que se inserem os sujeitos (por exemplo: habitação, escritórios, escolas, ruas, etc.) e que atuam mais sobre os comportamentos de grupo do que sobre o comportamento individual. Este ramo da psicologia apresenta principalmente cinco princípios a seguir na sua investigação e intervenção: primeiro, ter em conta que se é capaz de modificar o meio ambiente; segundo, é necessário que se esteja presente em todos os contextos do dia-a-dia; terceiro, considerar a pessoa e o meio como entidades unidas; quarto, considerar que o indivíduo atua sobre o meio e assim como o meio influencia o indivíduo; e, por último,

deve ser sempre levada a cabo com a colaboração de outras ciências (sociologia, antropologia, geografia, urbanismo, medicina e arquitetura).

Em 1994 Luís Soczka utilizando a teoria de Kurt Lewin defende que “(...) a acção humana e a interligação entre a pessoa e o meio como um campo indecomponível, traduzindo na equação ‘comportamento = função (pessoa / meio)’”. Sendo assim, podemos dizer que a psicologia ambiental centra-se no estudo do comportamento humano em relação ao ambiente definido e ordenado pelo Homem.

Sendo um ser social, o Homem faz parte integrante de grupos, pelo que o comportamento humano, na sua relação com o ambiente, só pode ser compreendido através de todos os níveis de organização social (Proshansky e col., 1970).

Arquitetura como Lugar

A arquitetura enquanto atividade é um campo multidisciplinar, incluindo na sua base a matemática, as artes, a tecnologia, as ciências sociais, a política, a história, a filosofia, entre outros. Sendo uma atividade complexa, é difícil conceituá-la de forma precisa, uma vez que a palavra tenha diversas aceções e a atividade tenha diversos desdobramentos. De acordo com o arquiteto romano, Marco Vitruvius Polião (1968:5),

"A arquitetura é uma ciência, surgindo de muitas outras, e adornada com muitos e variados ensinamentos: pela ajuda dos quais um julgamento é formado daqueles trabalhos que são o resultado das outras artes."

Para os objetivos deste trabalho, mais do que definir o conceito de arquitetura, é importante identificar as dimensões da arquitetura, determinantes para a experiência psicológica do lugar.

A psicologia aproximou-se das variadas ciências, como da arquitetura, como referido no subcapítulo anterior, mas não foi apenas a psicologia que deu passos nesse sentido, pois, a arquitetura à medida que foi evoluindo deu passos importantes em direção da psicologia também. No início os arquitetos estavam bastantes reticentes em relação a esta aproximação, contudo, a partir dos anos 60, através do Arquiteto Christian Norberg-Schulz, começaram a acolher de forma mais calorosa a psicologia, e as motivações subjacentes a este interesse que se agrupam em três linhas fundamentais, de acordo com Henrique Muga (2005):

- Ordem Cronológica: foi a orientação para as ciências humanas que se difundiu entre os círculos arquitetônicos norte-americanos durante os anos 60. Uma hibridação da antropologia cultural, da etologia e da sociologia de inspiração ecológica deu lugar ao aparecimento da proxémia, que se propunha investigar os princípios básicos do comportamento espacial humano. A partir de então cada vez com mais frequência, os teóricos da arquitetura questionaram, os antropólogos primeiro, os psicólogos depois, acerca do que as suas ciências poderiam aportar ao conhecimento das condições subjacentes à percepção, experiência e julgamento do ambiente construído.

- Crise do funcionalismo: este movimento demonstra a alteração na visão do arquiteto, ou seja, este demonstra preocupação em conhecer o seu utente, em vez de supor que o comportamento deste se vai ajustar à imagem que o arquiteto cria no ato de definir a lista de funções de uso do objeto desenhado.

- Como argumentou o Arquiteto Fernando Távora (1999), “*a arquitetura funcional colocou o Homem como fulcro da sua razão de ser, mas, porque considerou apenas algumas dimensões do homem (animal e geométrica) e não a sua totalidade*”. Opondo-se à ideia que os edifícios funcionariam para qualquer homem e para qualquer lugar, a arquitetura orgânica, lançada por Frank Lloyd Wright, propõe uma casa diferente para cada homem e para cada local. Todavia, se no funcionalismo o homem se esqueceu de si próprio, no organicismo esqueceu-se dos outros homens. A síntese deste oposto tem em Alvar Aalto o seu melhor representante: realizando a união entre a arquitetura e a vida, considera o homem como ser individual e como ser social.

- Este último movimento, mais recente de todos, provém da Semiologia, que estuda o desenvolvimento e o papel dos signos culturais na vida dos grupos humanos (língua, códigos, sinais, etc). A Semiologia foi concebida por Ferdinand Saussure (1857-1913) como a “*ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social*”, ou seja, é o estudo dos sistemas de signos não linguísticos. É desta forma que é pedido à psicologia um contributo para conhecer o significado que as pessoas atribuem à arquitetura a partir dos símbolos.

Com esta aproximação entre a psicologia e arquitetura desde os anos 60, foi-se aperfeiçoando o pensamento sociológico do arquiteto, em que este começa a ver a arquitetura como uma parte do ambiente, e cuja missão é ordenar e melhorar as relações entre três dimensões básicas: a técnica, a forma e o uso. Em que consistem estas dimensões? A dimensão técnica mais do que aos materiais ou elementos de construção, refere-se ao sistema técnico. A forma abrange três elementos que se relacionam entre si, estes são a massa, espaço e superfície. O elemento ‘massa’, remete para o corpo tridimensional e caracteriza-se pela forma topológica – geométrica. O ‘espaço’ refere-se ao volume definido pelas superfícies limite das massas que o rodeiam (o interior e exterior). A ‘superfície’ (plano) define simultaneamente as massas e os espaços do edifício e da cidade.

Em relação aos aspetos do ambiente que nos afetam, encontramos a terceira dimensão básica, ‘uso’, que engloba quatro dimensões: o controlo físico, as funções, o meio social e o meio simbólico.

- Controlo físico: engloba por um lado, propriedades ambientais como, o controlo do vento, do frio, do calor, da chuva, humidade, ruído, etc. e por outro, coisas como objetos e animais.

- Funcional: refere-se à influência dos edifícios nas ações humanas.

- Meio Social: as ações humanas estão determinadas socialmente, e os edifícios fazem parte do meio social. Agrupa as funções (grupos e classes sociais) e relações sociais.

- Meio simbólico: a arquitetura pode representar objetos culturais como concepções religiosas ou cosmológicas, esta simbologia cultural, juntamente com o aspeto social constitui o meio simbólico do lugar.

Apesar das diversas dimensões aqui apresentadas, as que transmitem maior interesse para o desenvolvimento deste trabalho e que contribuem para a definição de arquitetura são as duas últimas dimensões, forma e uso. O conjunto de todos estes elementos e das suas inter-relações denomina-se por ambiente arquitetónico - O Lugar.

Verifiquei que muitas são as opiniões de espaço e de lugar. Como suporte na análise realizada, entendi a definição de lugar em conformidade com o arquiteto Norberg-Schulz (1980:6), ou seja, “*O lugar é a concreta manifestação do habitar humano*”. Para melhor se entender a distinção de espaço e lugar, será indispensável recorrer às origens dos cognatos. Espaço (do latim *spātium*) é a “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados”, e o Lugar (do latim *locālis*, de *locus*) é o “espaço ocupado”. O espaço só se torna um lugar no momento em que ele é ocupado pelo homem, física ou simbolicamente.

Dentro deste universo de lugares, existem tipos de lugares qualitativamente diferentes. Por exemplo, a “nossa” casa, que para Bachelard (1960: 24-26) “*é o nosso canto do mundo. (...) Abriga o devaneio, (...) protege o sonhador, (...) permite sonhar em paz*”, ela é o primeiro lugar do homem, o nosso lugar de referência. Mesmo nela, podemos encontrar um lugar preferido, onde gostamos de ficar, o nosso canto, como diz ainda Bachelard: “*não encontramos nas próprias casas redutos e cantos onde gostamos de nos encolher*”. Existem ainda tipos de lugares que possuem uma qualidade negativa, valores negativos, que segundo Certeau (1990) seriam os não-lugares, uma vez que são lugares que não se definem nem como identitário, relacional e histórico.

Todos os elementos físicos de um espaço possuem uma conexão entre si, mesmo que seja fortuita. Considerando como cenário, uma paisagem, com todos os seus componentes, o céu, a terra, o mar, a vegetação, as montanhas, flores, etc., ou seja, todos os seus componentes físicos encontram-se relacionados espacialmente. A meteorologia também assiste, como fator, o sol forte, as nuvens, as chuvas, etc., enfim, todos os elementos e fatores climáticos globais e locais. Porém, este espaço não pode ser determinado como um lugar, pois, ele não está ocupado, não está habitado pelo homem. Embora todos os componentes existentes estejam a interagir, no entanto não podem ser considerados um lugar, mas simplesmente um espaço. Assim, que o homem o passa a ocupar, esta paisagem, este espaço, transforma-se num lugar. A simples presença do homem modifica e qualifica-a.

Sendo o lugar um espaço humanizado, em que o próprio homem está inserido neste, quer física e/ou simbolicamente, é delimitado como base para a consideração de lugar a junção de três universos: ambientais, espaciais e humanos.

No universo ambiental, insere-se aspetos como longitude, atitude, região, luz solar, qualidade do ar, incidência eólica, temperatura, humidade, sensoriais naturais, sons naturais, precipitação, etc. Ou seja tudo o que diga respeito a características climatéricas.

O universo espacial refere-se às questões relativas ao espaço tridimensional, em termos de morfologia. A forma, as áreas, o volume, os planos e a proporção entre as suas dimensões, os elementos que dele fazem parte, as relações de configuração espacial que se fazem presentes e as características físicas dos planos e dos elementos do espaço quanto à cor e à textura.

Por fim, o universo humano é a interação do homem no espaço, dominando, alterando e concedendo valores aos universos espaciais e ambientais. Quer física ou simbolicamente, existe uma correspondência de escala entre o homem e o espaço que o

circunda. Conforme este se movimenta, o corpo explora o ambiente espacial, o usufrui para as suas atividades e estabelece uma comunicação perceptiva, a qual atribui valores e significados, apropria-se do espaço e o guarda na sua memória.

Transitando das esferas bioclimáticas e humanas existe também o componente tempo, que por sua vez tem influência sobre os universos ambientais e os humanos. Por exemplo, no decorrer do dia um espaço altera-se mediante a variação da luminosidade; a ação do nosso corpo e a nossa interpretação criadora são determinadas também em detrimento do espaço livre e percorrido (física, visual, acusticamente) e do tempo necessário para a execução destas tarefas.

Relativamente à origem do lugar, Norberg-Schulz (1980) documenta que os gregos defendiam que cada lugar tinha a sua identidade, o seu *stabilitas loci*.

Já Husserl (1986: 20), criador da fenomenologia, intitula de eidos, aquilo “*que se encontra no ser autárquico de um indivíduo constituindo o que ele é*”, isto é, será a ideia elementar deste ser. Esta descrição é reforçada pela etimologia do cognato, que deriva do latim: “*essentia, a natureza de qualquer coisa*”, Cunha (1982). Ser a essência de algo significa o que de mais puro possamos conquistar deste ser.

“Imaginamos a essência como uma espécie de estrutura inata dos seres, elemento indecomponível e incorruptível, substância plena impermeável às vicissitudes da experiência. Para sabê-la, precisaríamos despi-la dos acidentes que a existência lhe conferiu: estes véus que a encobrem, os adereços, as relações supérfluas, todas essas coisas que lhe retiram a leveza de uma ideia sem mácula. Conseguimos isso procedendo a combinações, subtrações, acréscimos, fazendo variar tudo aquilo que aparentemente lhe pertence, para descobrirmos o que não é mais aparência, mas, essência: um invariante”.

Oliveira (2002: 10)

Debater a essência não significa entender uma “compreensão mística” de algo, em que qualquer um não possa visualizar, é pois, o oposto que interessa. A ideia da essência é enaltecer o sentido de um fenómeno que lhe é imanente, que sempre existiu e que lhe é inseparável.

Todos os objetos têm uma essência, desde uma cadeira, uma planta, etc., com as respetivas qualidades que lhes conferimos, confortável, colorido, etc. No entanto, a essência é muito mais que uma mera qualidade ou atributo de uma coisa. Na IX Sinfonia de Beethoven, a sua essência persiste mesmo se todas as partituras, orquestras e ouvintes

desaparecessem para sempre. Ela persistiria, não como uma realidade, como um facto, mas como pura possibilidade, refere Dartigues (1973). É a sua pureza que a permite nomeá-la e distingui-la de imediato de toda outra qualquer sinfonia.

No caso da Arquitetura, a tipologia arquitetónica, é o ser da *coisa* ou da qualidade.

“A intuição da essência distingue-se da percepção do facto: ela é a visão do sentido ideal que atribuímos ao facto materialmente percebido e que nos permite identificá-lo.

Se a essência permite identificar um fenómeno, é porque ela é sempre idêntica a si própria, não importando as circunstâncias contingentes da sua realização. [...] Esta identidade da essência consigo própria, portanto, esta impossibilidade de ser outra coisa que o que é, traduz-se pelo seu carácter de necessidade que se opõe à ‘facticidade’, isto é, ao carácter de fato, aleatório, da sua manifestação”.

Dartigues (1973: 22-23)

Tal como ao traçar uma forma ligeiramente oval sem o auxílio de um compasso, dizemos que é um círculo, por mais infinitas que sejam as formas de três lados, é sempre do triângulo que se trata. Por inúmeros, que sejam os tempos e os espaços em que se fale de um lugar, é pela impossibilidade de ser outra *coisa*, que é deste lugar que nos referimos, e a sua essência nos permite identificá-lo, nomeá-lo e distingui-lo de imediato de todo e qualquer outro lugar.

Sociologia – Diversidade de Grupos e Problemática da Interação Social

As ligações sociais são essenciais para a nossa sobrevivência, contudo, estas ligações têm variadas formas que são formatadas e hierarquizadas pelo nosso contexto social. Como podemos confiar em alguém que nunca vimos na vida? Através da ficção, lei, nação, dinheiro, religião são tudo conceções fictícias por nós humanos. São estas conceções que fazem a sociedade progredir, e é através delas que surge a cultura. A cultura é, pois um dos passos mais importantes, que nos enaltece dos restantes seres, e que nos permite separar das limitações determinadas pela nossa própria biologia. Quer isto dizer, que nos conseguimos libertar do nosso próprio ADN permitindo nos apropriar a nível biológico ao nosso meio circundante, como também, ao criarmos distintas culturas, moldar o modo como observamos e entendemos o mundo que nos envolve.

Isto quer dizer que, cada cultura concebe distintas percepções que se manifestam no nosso mundo físico e material, Arquitetura.

A partilha de um determinado espaço físico com fins benéficos dessa relação data desde as comunidades primitivas, onde já era possível averiguar a existência de territórios habitados por pessoas com finalidades semelhantes (Taylor, 1988; Altman & Chemers, 1989). Diversas culturas, induzidas pela meio local, por incentivo ou criação de indivíduos permitem o aparecimento das cidades (Benévolo, 1997).

A este conjunto de regras que regem e definem muitas das nossas ações com base no contexto cultural Edward T. Hall (1973) deu o nome de “Dimensão Oculta”.

A distinção das cidades pode ser percebida através dos modelos de comportamentos, nos vários modos de sectorização da cidade e da composição das comunidades nas áreas habitacionais, na estrutura física urbana, nas diversas malhas e processo de ordenamento (Altman et al, 1989). Santo & Vogel (1985) interpretam, tomando como base de que a arquitetura do lugar alberga situações relacionáveis entre protótipos espaciais e físicos e expectativas sociais, que os componentes arquitetónicos organizadores de um lugar tais como, o conjunto de habitações de uma rua, encaminham a um processo de conjunturas que afirmam a fragmentação do lugar, situações económicas, identidade étnica, religião e status.

O meio físico é o palco onde acontecem as inúmeras relações entre os indivíduos com os objetos e o próprio meio, e que à medida que ocorrem o vão transformando num lugar com significado. São estes valores atribuídos ao lugar, que essas relações são organizadas em atitudes e comportamentos, que têm como fim auxiliar nos contactos entre os indivíduos e o lugar (Rapoport, 1978; Altman & Zube, 1989, 203-236).

Em suma, o quotidiano que ocorre no espaço urbano institui-se como parte elementar na geração e conservação das comunidades (Levitas, 1991), de modo que não há como entender este processo ignorando o lugar onde ele acontece (Guilford, apud Uzzel et,al 2002: 26-53).

No entanto, com a crescente heterogeneidade de comunidades nas cidades, Rapoport (2003) ressalta, para a necessidade de perceber e reconhecer, nos meios urbanos atuais, que grupos existem, quem pertence a que grupo e o que difere em cada um. Quer o espaço com aspetos políticos, económicos e ambientais, quer com os grupos sociais com o status social, etnia, nível de rendimentos e ocupação, ostentam várias e dissemelhantes funções, bem como diferentes aptidões de reação aos fenómenos de transformação das cidades e de mobilidade. Com fins de incitar planos de controlo ou contornar problemas,

como o aumento de violência entre grupos diferentes, é imprescindível análises que relacionem os aspectos do ambiente físico e a estrutura multicultural da sociedade (Stokols, 1995: 821-837). Ou seja, o entendimento da interação de grupos na caracterização do lugar tem relevante importância, na medida que as características do espaço transmitem uma imagem comum do modelo de vida que acontece, quanto à qualidade e o tipo de interações presentes e desejadas (Rapoport, 1978; Taylor, 1988; Altman & Chatters, 1989).

É, pois, um agregado de elementos físico - espaciais interligados (traçado viário, tipologias, equipamentos) com os atos humanos, que para além de garantirem a leitura e caracterização de um lugar (Rossi, 2001; Levitas, 1991), também possibilitam a associação de grupos comuns a um lugar e diferencia-los de outras áreas (Levitas, 1991; Rapoport, 1978). Esta constituição de indivíduos com tendências de vida comum, em lugares, tem a capacidade de restringir fisicamente o sentimento de pertencer a um grupo (Rapoport, 1978).

Ou seja, transformações físicas ou mutações sociais de um determinado lugar pré-existente são alcançadas pelos habitantes ou utentes desse mesmo lugar. Determina isto, que novos e antigos moradores deste lugar têm necessidade de definir ou redefinir a imagem do lugar e a limitação de territórios correspondentes a cada grupo, sejam modelos de comportamento ou de uso, seja na modificação do espaço em causa (Rapoport, 1985).

Dois pontos de vista se diferenciam: se por um lado os aspectos socioeconómicos são aqueles que demarcam os modelos de conduta num lugar e comprometem a avaliação de valores de aprovação ou rejeição por determinadas entidades, possibilitando a menor ou maior interatividade e reconhecimento de grupos e até mesmo distinção entre eles (Taylor, 1988; Rapoport, 1978; Altman & Chatters, 1989). Por outro lado, o ambiente construído, em juízo das suas características (tendência arquitetónica, escala, matérias) pode influenciar a interação de grupo, contrariando-a ou beneficiando-a (Skjaeveland & Garling; 1997 (181-198); Taylor, 1988; Bonnes & Secchiaroli, 1995).

Fatores de Influência do Comportamento no Ambiente Físico

Em análises realizadas, entre os ambientes físico e social, são reconhecidas as suas relações recíprocas e dependentes bem como a interação social, demonstrando deste modo, que o ambiente construído não só afeta como também é afetado pela esfera social (Rogoff & Altman, 1987 apud Dixon, 200: 587-608; Werner e tal., 2002; Bonnes & Secchiaroli, 1995).

Neste capítulo, irei abordar os conceitos de sustento no entendimento da interação social e identificar os seus aspetos contextuais (caraterísticas do ambiente físico) e composicionais (caraterísticas sociais e culturais), que podem influenciar a interação social num determinado lugar ao nível do seu tipo e grau de uso.

1 - Fatores Psicológicos

1.1 - Compreensão da Interação no Meio Ambiente

Embora cada indivíduo possa captar uma imagem diferente, é através de uma organização de imagens que as pessoas conseguem estabelecer e demarcar a sua identidade (Lynch, 1997; Rapport, 1978). Quando estas imagens são identificadas por um grupo de indivíduos, estes criam um juízo de coerência e de identidade do lugar, facilitando, a orientação e a organização nas atividades que surgem. Ou seja, é com a interpretação do ambiente físico, a através de imagens nítidas e identificáveis, bem como a organização do espaço físico, que determinado grupo ao usufruir de um lugar pode sentir maior segurança, maior confiança, promovendo assim a sua proximidade, bem-estar e familiaridade com este que um ambiente seguro e legível permite acolher melhor membros estranhos (Lynch, 1997; Marsh, 1973 apud Rapoport, 1978).

A imagem captada é relacionada com o ambiente físico - a qualidade de materiais -, com o ambiente percebido - que corresponde ao sistema de valores sociais e individuais, variáveis com a cultura, no tempo, no lugar real e determinada por necessidades específicas.

Significado, estrutura e identidade, são segundo Lynch (1997), características indissociáveis, embora cada uma com a sua função particular, da imagem de um lugar. O significado remete ao sentido funcional ou afetivo que o lugar tem para a pessoa. A estrutura tem a ver com a configuração do lugar e as suas relações físicas com outros espaços. A identidade, como já referido, é o reconhecimento do lugar e diferenciação com os demais.

É através de um sistema interativo e bilateral que a imagem do lugar é produzida entre o objeto e o indivíduo, ou seja, as informações captadas do lugar são guardadas e dispostas pela percepção e cognição, como justifica Lynch (1997). Neste propósito, é essencial perceber de que modo, os elementos influenciam a vida quotidiana do indivíduo e a que propósitos e comportamentos condizem. Num primeiro momento, a apreensão ou captação sensorial dos atributos ambientais existentes no ambiente físico, surgem a partir do processo da percepção. Com isto, são geradas as bases do conhecimento do mundo essencial para o funcionamento do indivíduo, para que ele se possa guiar e esclarecer das atividades do lugar (Appleyard, 1970 apud Lay, 1992). Num segundo momento, as noções

e significados são concebidos pela cognição que por sua vez permite a compreensão e conhecimento do lugar a partir de esquemas (Lynch,1997). Esta apreciação do lugar, resulta do processo de percepção, e é inspirada pelas necessidades específicas (sociais, funcionais e afetivas) de um indivíduo ou mesmo de um grupo num lugar, comprometendo sentimentos e ações, controladas pelas imagens do espaço natural e físico e pelo carácter do indivíduo (Lang, 1987). Ambos os processos, equivalem a padrões e atitudes de comportamento que comprometem o uso do lugar, a concretização de atividades, a antevisão de possibilidades de ações, a gerência do lugar e a possibilidade de resolver questões que possam surgir.

Segundo Lay (1992), este sistema de apreciação tem a ver com o desempenho do lugar, em função de valores dos indivíduos, e pode ser perceptível a partir de algumas características, como níveis de satisfação e observação sistemática do uso efetivo do lugar. É com base na apreciação da utilização de conceitos ligados à satisfação e ao comportamento do indivíduo, que é viável identificar características de desenho urbano e características ambientais, que claramente dizem respeito à vida das pessoas num de determinado lugar (Lay & Reis, 1995).

Deste modo, a conduta e a satisfação do utilizador no ambiente construído, serão utilizadas para avaliar o cumprimento do ambiente físico, numa perspetiva de se averiguar a aptidão do lugar em equivaler aos anseios e necessidades dos contactos sociais.

1.2 - Ambiente Físico como Base das Relações Sociais

Diversos autores têm fundamentado que, os elementos do entendimento do meio ambiente funcionam como um processo de representação, com forte carga emotiva, que estão relacionados e interdependentes (Itellso, 1960, apud Rapport, 1978; Altman & Chemers, 1989; Lynch, 1973; Lang, 1987). É segundo um mecanismo de conexão e de permutações que o sistema ecológico (físico, social e cultural) é caracterizado.

O indivíduo e o ambiente são assim, reafirmados como uma unidade de análise, na qual aspetos contextuais, psicológicos e temporais são inseparáveis (Altman e Rogoff, 1987 apud Bonnes & Secchiarolli, 1995). De modo que, o ambiente é formado por diversas agregações entre os seus componentes construídos e os seus utilizadores (Rapoport, 1978). Assim, a partir da organização do espaço estas relações são compostas e auxiliadas, de imediato, interferindo na determinação das ações humanas e nas interpretações que sucedem das formas, cores, símbolos, materiais e da paisagem edificada.

Segundo esta estruturação espacial, os indivíduos têm uma série de necessidades e motivações que são ao mesmo tempo, limitadas pelo ambiente construído, cultural e social (Lang, 1987). O ambiente é composto de *affordances*, em que as suas particularidades materiais e imateriais permitem a apropriação e o uso do lugar.

Diversos modelos do ambiente físico, remetem a diferentes modos de configuração, forma e material, que originam diversas experiências e usos (perceptivas e cognitivas) em determinado lugar. O termo *affordance* traduz-se sob a expressão ‘recursos do ambiente’, isto é, que as características, componentes e composição de um lugar definem o seu uso potencial (Lang, 1987).

Um lugar existente e o propósito para o qual ele é ansiado formam dois aspetos profundamente inter conectados do ambiente, como afirma Lynch (1973). Só assim, os vários elementos do ambiente são entendidos e utilizados em função das necessidades e motivações do homem (Lang, 1987). Esta ideia de interdependência entre um ambiente construído específico, os objetivos e as expectativas estabelecidas a ele, sustenta que não é suficiente a existência de facilitadores de um uso qualquer, se estes não estiverem em sintonia com as expectativas e necessidades do utilizador (Lang, 1987; Michelson, 1987).

Segundo Michelson (1987: 161-185), esta dependência recíproca dos sistemas, das atividades e do ambiente reporta ao conceito de congruência. Embora o ambiente construído seja fundamental na determinação do comportamento humano, outros fatores tais como, sociais e culturais influenciam também na determinação de predileção, motivação, experiências individuais e sociais (Lang, 1987; Rapoport, 1978; Michelson, 1987). A interação mútua destes sistemas, permite a compreensão do meio a partir da sua capacidade de pôr à disposição a realização dos objetivos humanos.

Em suma, o meio ambiente exprime as características humanas – psicológicas, culturais e sociais. O espaço físico é um aspeto essencial do ambiente, tendo este um forte impacto nos meios biológico, psicológico e social, restringindo o que é plausível ou não de se realizar e sugerindo novas formas de uso exequíveis num lugar (Lynch, 1973). Discussões como harmonia e fatores de ajuste entre a ação humana e o ambiente, como é confirmado no estudo de Lay (1992), realçam a responsabilidade do lugar, em função da aptidão do ambiente físico em proporcionar meios apropriados à necessidade e satisfação dos utilizadores, a partir da capacidade de pôr em prática as atividades humanas ansiadas para o lugar.

1.3 - Relações Sociais

A comunicação entre os indivíduos por meio da linguagem verbal, sons e de convívio pode ser declarado através de várias formas de atitudes e comportamentos humanos em relação ao lugar, que se designa por interação social.

O modo de agir e pensar humano centra-se na dimensão espacial (Kaplan & Kaplan, 1981), sendo que o comportamento está sujeito a uma localização geográfica concreta (Bonnes & Secchiarolli, 1995). Denota isto, que a relação de comunicação entre indivíduos ou grupos está, invariavelmente, relacionada a um contexto específico (Lang, 1987: 75). Ou seja, a amplitude espacial não se pode dissociar dos significados que o ambiente construído pode tomar sobre si, em relação ao comportamento humano (Bonnes & Secchiarolli, 1995). Por conseguinte, os modos de atuar sociais expressos no espaço, estão dependentes de estímulos sociais e consequentes respostas, no decorrer contínuo que une pelo menos duas pessoas.

Quer o ambiente físico alterado pela influência do homem, quer os inúmeros objetos criados pelo homem se inserem na comunicação (Lang, 1987). Consequentemente, construções e espaços abertos, que representam o ambiente construído, uma vez que produzem estímulos e respostas, intervêm no sistema de interação social enquanto meios de comunicação.

Todo o processo social incluído numa dada cultura, e subordinado a um ambiente físico concreto é tratado nos modelos de comportamento e nas normas sociais que regulam a intensidade e o tipo de interação presente, bem como as relações entre o ambiente físico e os indivíduos (Rapoport, 1978, 1985, 2003; Hillier & Hanson, 1984). Rapoport (1978), entende que um espaço só passa a ser um lugar com significado através dos fluxos contínuos de relação entre os meios físico, social e cultural. Conclui-se assim, que o favorecimento e facilitação da interação, só são possíveis a partir de valores atribuídos ao uso do espaço e em função de necessidades concretas (Altman & Chemers, 1989). Neste sentido, é através do reconhecimento de interesses comuns entre pessoas que se desenvolve um grupo, minimizando os resultados de atrito social que possam surgir desta aproximação entre indivíduos, com dissemelhanças de princípios, práticas e interesses sociais (Siegel, 1970 apud Rapoport, 1978). Quer no século XX, quer atualmente, o processo de urbanização é claramente influenciado pelo fenómeno da aglomeração urbana, em que agrupamentos residenciais ou bairros servem como um fator que estabelece ligação entre a família e os grupos heterogéneos da cidade (Rapoport, 1978; Taylor, 1988).

Em conclusão, a interação social, abrange uma estrutura de comunicação a partir da exposição clara de um processo social, caracterizado por pessoas com valores e fins comuns e por um ambiente físico, ajustado às atitudes e aos moldes de comportamento existentes. Se nenhum fator em comum é encontrado, então não há como existir interação social (Gehl, 1987).

1.4 - Relações Socioespaciais

A afetação das reações observáveis no homem em relação ao espaço é seguida através do significado e o funcionamento das relações sociais. A dimensão espacial tem especial relevância quanto à definição de relações de proximidade entre indivíduos e quanto ao tipo de mensagens que surgem na definição de demarcações geográficas (Bonnes & Secchiaroli, 1995).

O comportamento espacial humano compromete variações de interação social, demarcadas pela disposição física do espaço e pelo modo de vida dos indivíduos. Ou seja, o espaço físico permite antever comportamentos e atividades que podem surgir, e demonstrar também como as pessoas se servem dele (Altman & Chemers, 1989; Taylor; 1988). Canter (1991, apud Skajeaveland & Garling, 1997), justifica, de modo idêntico, que os sentimentos e valores compartilhados por um grupo são o resultado do uso permanente de um lugar com funções e papéis ambicionados bem como regras e comportamentos comuns.

Para Eduard Hall (apud Bonnes & Secchiaroli, 1995), são os afastamentos interpessoais que indicam as características de uma interação aos observadores e utilizadores, ou seja, para ele a dimensão espacial é um fenómeno comunicativo primário.

Como um singular que é, o homem pretende a autonomia, independência e liberdade, e, por outro lado é um ser eminentemente social, que jamais consegue viver sem estar inserido em grupos, no meio dos quais estabelece relações afetivas, culturais, económicas, etc. Deste modo, o ambiente arquitetónico toma grande forma ativa na tensão entre a individuação e a socialização, entre a independência e a dependência, entre a individualidade e a comunidade da existência humana. Carlos Barracho (2001), refere sobre o ponto de vista da psicologia social, que toda a interação social é gerida pelo ambiente, no qual se insere e expressa, ou seja, a sociedade é a projeção no espaço da imagem que ela faz de si mesma. Segdo Fischer (1997), a interação do indivíduo com o ambiente arquitetónico articula-se assim, em torno de duas dimensões interdependentes: a

especialização das relações sociais e a socialização das estruturas espaciais. Destacam-se então três processos – o espaço pessoal, a territorialidade e a privacidade – que pretendem gerir a interação entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público.

- Privacidade

Sendo uma dimensão peculiar da modernidade, a privacidade tem vindo, nestas últimas décadas, a ser posta em questão assumindo novas formas. A excessiva utilização de vidro nas fachadas dos edifícios, das câmaras de vigilância, etc., são fenómenos novos que atingem diretamente a nossa privacidade.

Altman (1975) insere, os vários sentidos de privacidade numa definição genérica: *‘a privacidade é o controlo seletivo do acesso a um indivíduo ou a um grupo’*. Ou seja, a privacidade é um processo de controlo dos limites, por meio do qual um indivíduo ou grupo controla com quem está e que tipo de contacto acontecerá. Sendo entendida como um sistema dinâmico de controlo, a privacidade encerra várias etapas de comportamento e atua como um sistema social interdependente específico das circunstâncias sociais e do contexto (Altman & Chemers, 1989, Bonnes & Secchiaroli, 1995). A gestão do contato social está ligada aos mecanismos ambientais, ao comportamento verbal e não verbal, ao comportamento ambientalmente guiado e às práticas culturais. A associação destes mecanismos permite contrabalançar, modificar ou estender um ou outro ato, e assim, espelhar o desejo de interação, variando de lugar para lugar e em função dos modelos de relação social existentes (Altman & Chemers, 1989).

A privacidade adverte indivíduos e grupos, reunindo características da identidade pessoal e de grupo, auxiliando na interação social (Altman & Chemers, 1989; Bonnes & Secchiaroli, 1995). Segundo vários autores revisados por Lang (1987, Hall, 1973; Goffman, 1963; Lyman and Scott, 1967; Skabursis, 1974; Sommer, 1969; Altman, 1975), a privacidade coopera para o encontro de outras necessidades humanas como a conexão com um grupo ou lugar e a sua segurança e auto-estima.

Em suma, o alcance e satisfação da privacidade é uma necessidade humana (Lang, 1987).

- Espaço Pessoal

A necessidade do indivíduo na busca de manter o nível apropriado ou desejável de contato traduz se num fenômeno de demarcação de limites que trata de definir distâncias mínimas entre ele e os outros (Sommer 1959, apud Bonnes & Secchiarolli, 1995). Cada indivíduo é o centro do seu próprio espaço pessoal, isto é, a área física que envolve cada pessoa é definida como o seu espaço pessoal (Altman & Chemers, 1989). Estes limites relacionados à ideia de um espaço privativo, apesar de flexíveis e dinâmicos (Altman & Chemers, 1989), possibilitam a definição de sentimentos de proximidade e invasão (Goffman, 1963 apud Lang, 1987; Taylor, 1988).

Grande parte da pesquisa da área do espaço pessoal, está voltada para a definição dos significados que encaminham as pessoas na utilização do espaço e a ser uma variável comportamental. Segundo Lang (1987), estas definições não contribuem significativamente na compreensão do ambiente construído, portanto, não as considerarei neste presente estudo. Contudo, não deixarei de indicar o livro ‘psicologia da arquitetura’ onde Henrique Muga (2005) define de forma detalhada todo este conceito.

- Territorialidade

O conceito de território está diretamente relacionado à estrutura física de uma área geográfica determinada e personalizada, de modo que seja possível, o seu domínio por parte dos indivíduos de um grupo ou vários grupos (Sommer, 1969 apud, Bonnes & Secchiarolli, 1995).

A territorialidade ocupa-se de um sistema sujeito às regras que induzem o entendimento do ambiente construído, dentro de um sistema complexo, no qual conceitos como privacidade e mecanismos de definição de barreiras e limites estão integrados (Altman & Chemers, 1989). Estas fronteiras e limites, referidos, são representados através de elementos simbólicos ou físicos. Lang (1987) argumenta ainda que, o território apresenta um cargo social (identidade e status) e físico (lugar que serve o grupo para a realização de atividades), ligado a necessidades cognitivas e estéticas bem como psicológicas.

Com o intuito de perceber como o lugar se torna parte do sistema de identificação social e pessoal, Bonnes & Secchiaroli (1995) pesquisaram, a relação da definição do território com as características do meio social. Este entendimento pretende anular as

literaturas que defendem, o comportamento territorial sob aspectos de atentado ao território ou de uma ligação de causa e efeito entre território e comportamento.

Em seguimento, serão examinados os comportamentos territoriais e a sua importância na relação entre os indivíduos.

- Comportamento Territorial

Na compreensão do estudo do comportamento humano e da sua ligação com o lugar, a territorialidade ou o comportamento territorial assume um papel relevante, na medida em que este é um processo de interface que executa a comunicação de um indivíduo ou de um grupo, como referido (Lang, 1987).

Apesar de difícil distanciação, convém referir que existem dissemelhanças entre o conceito de territorialidade e privacidade, segundo Edney, 1976 apud Taylor, 1988). Ao passo que, no entendimento territorial, a influência do ambiente físico mostra-se patente, pois realiza-se em função do controlo simbólico ou físico do espaço. O conceito de privacidade é menos subordinado ao lugar, isto é, a privacidade está mais centrada na analogia exclusiva do indivíduo, partindo da moderação de fronteiras no sistema de conexão com outros. A territorialidade destaca-se por ser um sistema que possibilita determinar os padrões de privacidade ambicionados, a partir da ligação de desconhecidos num lugar demarcado.

Um comportamento que nasce num lugar, referente às ligações entre os membros de um determinado grupo e entre diferentes grupos, é segundo Bonnes & Secchiaroli (1995); Altman & Chemers (1989), percebido nas definições dos limites espaciais e de barreiras, através de lugares percorrvíveis e usáveis (Paulsson, 1952 & Lewin, 1951 apud Rapoport, 1978). A definição do território possibilita assim, segundo Sommer, 1969 (apud Bonnes & Secchiaroli, 1995) a disposição social ao nível espacial.

Taylor (1988), segundo os seus sistemas apresentados do funcionamento territorial, encontra elementos e fatores que induzem na organização e no tipo de território, tal como o resultado ou funções referentes aos inúmeros aspectos do comportamento territorial. O autor, entende ainda que o lugar compreende componentes que o alimentam, ressaltando, as marcas (símbolos físicos), as atitudes (preferências e satisfação) e comportamentos que interagem e sustentam uns aos outros num determinado lugar. Cultura, construção, pessoas e sociedade são fatores que figuram o comportamento territorial e modelam o significado e a imagem de um lugar.

Abraham Moles (1970), considera que a territorialidade está intimamente ligada à apropriação do espaço. Ele define, por sua vez, que a apropriação é um sistema complexo, que assenta no conceito de “identidade do lugar”, na execução dos lugares “aos quais eu me fixo”. Deste modo, arquitetar um “ponto aqui” é, para além de conceber barreiras, interromper a continuidade da vastidão do espaço, e também apropriar um lugar em detrimento do outro.

Em conformidade com o pintor Sá Nogueira (2001), a necessidade de deixar marcas, de marcação de um lugar, reúne mais uma das dimensões da essência humana. Também o arquiteto Pedro Vieira de Almeida (2002), apoia que o surgimento da própria arquitetura está muito ligado a esta dimensão da territorialidade, de marcar um lugar.

São as definições do tipo e grau de união entre pessoas e as várias partes do meio, que modelam o comportamento territorial, abrangendo um conjunto organizado de operações entre indivíduos e o lugar. Ou seja, é através da apropriação do espaço que um grupo se difere de outro e permite fortalecer o ato de responsabilidade sobre o lugar (Bonnes & Secchiaroli, 1995; Taylor, 1988). Fronteiras e barreiras, simbólicas ou visuais, circunscrevem os espaços e exercem funções de marca da comunidade, enraizando sentido de territorialidade, segundo Brown e Altman, 1983 (apud Bonnes & Secchiaroli, 1995).

Diversos autores (Taylor, 1988; Edney, 1976 apud Altman & Chemers, 1989, Bonnes & Secchiaroli, 1995) referem que, a territorialidade compromete efeitos ora positivos, ora negativos na convivência social no ambiente físico, que são manifestados: 1) na diminuição de possíveis confrontos dentro como fora de um grupo social; 2) aliciação à prática de atividades controladas, previamente, facilitando os processos sociais na antecipação de comportamentos; 3) organização da vida humana em comunidade e/ou individualmente; 4) na destreza de satisfazer necessidades e de coloca-las em prática, possibilitando a realização de atividades diárias, como ir ao supermercado; 5) na descrição da individualidade e da identidade de um grupo; 6) na diminuição do stress diário.

Este padrão de comportamentos implícitos na definição de territorialidade, através dos quais um indivíduo ou grupo reclama um território, o demarca, personaliza e o defende, podem ser caracterizados e associados a vários tipos de territórios, com base no grau de controlo, na duração da permanência, no grau de personalização e centralidade, bem como na função que estes vários territórios desempenham (Hussein Ei-Sharkawy, 1979 apud Lang, 1987; Altman & Chemers, 1989; Taylor, 1988).

Assim sendo, podemos definir em três os tipos de territórios (Altman, 1975 apud Bonnes & Secchiaroli, 1995):

- Territórios primários, exercem uma importância central, ocupando maior parte do tempo na vida das pessoas e estão ligados à sua identidade pessoal (Altman & Chemers, 1989). Como exemplo, deste tipo de territórios temos a nossa casa, ou seja, o modo como personificamos estes espaços domésticos e em como eles acabam por refletir as características distintas e individuais de cada um de nós.

- Territórios secundários, estes espaços que dizem respeito a espaços semi-privados (centros comerciais) e públicos (ruas) que são qualificados pelo domínio sócio-espacial praticado por um grupo (Bonnes & Secchiaroli, 1995; Altman & Chemers, 1989). Usualmente apreendem situações de discórdia e confrontos, uma vez que admitem o acesso público, por um lado e apropriação restrita do lugar, por exemplo um grupo específico. Nestes casos, este tipo de situações de falha de identidade do lugar, conflitos sociais e intranquilidade podem ter impactos mais moderados ou mesmo nulos se estes espaços forem claramente demarcados por elementos físicos, mensagens com normas culturais de uso e acesso, tal como Lay (1992) refere no seu trabalho.

Específica atenção é dada a este tipo de território, dado que é nele que se constitui o grau de conexão entre o indivíduo e a sociedade, entre o privado (casa) e a cidade (público). É através da identidade local que o processo territorial ao nível da vizinhança, que serve de intercâmbio, permite a ligação entre a dimensão pública e pessoal, o que possibilita a incorporação dos residentes locais na cidade como um todo (Warren & Warren, apud Rofé, 1995:107-125).

Territórios públicos, são lugares que admitem um vasto número de utentes e que não se revelam como centrais nas suas vidas, ou sejam têm usos momentâneos nas suas vidas como, por exemplo um banco de uma praça (Altman & Chemers, 1989).

Altman & Chemers, 1989, referem que o entendimento dos comportamentos territoriais como criador de identidade e como organismo estabilizador das interações sociais, são a base para a investigação da inter-relação de diferentes comunidades num lugar-comum. Uma vez que a interação social apreende um sistema de correspondência caracterizado através de indivíduos com qualidades e propósitos idênticos (Lang, 1987) e alberga ações sociais nas quais os utilizadores de determinado lugar estão compreendidos (Unge rand Wandersman, 1985 apud Al-Homoud and Tassinary, 2004:10-23).

Em suma, o comportamento humano é particularmente dependente e limitado a um espaço físico dotado de características particulares, permissivas ou inibidoras de certos tipos de atividades, relativas às necessidades e motivações dos utilizadores (Lynch, 1973; Lang, 1987; Michelson, 1987).

- Organização Social e Identidade Social e Pessoal

A territorialidade exercer ainda três funções psicossociais, para além das funções físicas, como estabilizadoras e recolhedoras de recursos naturais. São elas a gestão das ações quotidianas, progresso da identidade coletiva e pessoal e desenvolvimento da estrutura social (Holahn, 1982; Fischer e col., 1997).

Se por um lado, a territorialidade desempenha um papel crucial na constituição e gestão das atividades quotidianas dos grupos sociais e dos indivíduos, como, por exemplo o ir trabalhar ou simplesmente o ato de dormir, etc., por outro lado, ela faculta prever um mapa cognitivo dos tipos de comportamento que podem ser prováveis em determinados lugares, ou seja, deste modo é nos possível delinear e preparar a nossa vida diária como, por exemplo, que comportamento adotar ao ir a certo lugar, ou mesmo que roupa vestir, etc.

Outro papel da territorialidade é facilitar a base do progresso do sentido de identidade pessoal e grupal. Ao nível individual e de concordância com Norberg-Schulz (1980), deter uma identidade denota ter conquistado um lugar, tê-lo percebido com um feito de identificação. Muitas das vezes usamos denotações de territorialidade para nos identificar; a nossa própria casa é uma imagem da nossa identidade pessoal, é o símbolo do nosso Eu. Ao nível do sentido de identidade coletiva este pode ocorrer meramente porque as pessoas compartilham o mesmo lugar, e são confrontadas com experiências e conhecimentos comuns.

Como última função psicossocial da territorialidade, é conservar e incrementar a organização social, ou seja, os grupos sociais são ordenados em concordância com o estatuto social ou predomínio dos membros do grupo, isto é, a hierarquia social que nos diz quem somos está relacionada, muitas das vezes, com o lugar territorial em que estamos ou vivemos.

- Planear a Territorialidade

Quanto mais domínio conseguirmos tomar sobre as coisas ao nosso redor, mais emocionalmente nos sentiremos afetados com elas, mais dedicação lhes daremos (Herman Hertzberger, 1999). Ou seja, um propósito primordial do desenho da territorialidade é, pois estimular a apropriação do espaço por parte dos utilizadores. Consequentemente, todos os

estímulos propostos pelos projetistas, declamam um convite para que os utilizadores os completem e lhes deem vivência. Em cada intervenção, o arquiteto deve ter em atenção, o permitir ao utilizador a liberdade de determinar por si mesmo como quer utilizar o espaço. O arquiteto deve ainda, conceber e esclarecer nitidamente, as diferenças entre os vários lugares territoriais, sobretudo em territórios secundários e públicos, o que permite ao utilizador diferentes graus de controle adequados (Altman, 1975).

Arquiteturas que satisfazem, de facto, os anseios dos utentes atenuam conflitos entre estes acerca dos direitos territoriais e evitam comportamentos desadequados tipo vandalismo, como por exemplo, os muros grafitados que cada vez mais povoam o território urbano, como forma de mostrar uma revolta contra um território do qual se é excluído.

1.5 - Qualificação da Interação Social na Ambiência Urbana

São vários os autores (Basso, 2001; Billing & Churchman, 2003:227-49; Dixon, 2001:587-608; Rapoport, 1985; Moser & Fleury-Bahi, 2002:122-136; Bonaiuto & Bonnes, 2004:42-69; entre outros), que já desenvolveram investigações e conceitos acerca da influência do espaço físico no comportamento humano e interação social em áreas urbanas.

Existe uma relação entre a interação social e os elementos físicos e composicionais do lugar, na medida que a influência destes proporciona o favorecimento ou a diminuição das relações humanas, como por exemplo, os atos de apoio mútuo da vizinhança, que se baseiam segundo a combinação de sentimentos de entreaajuda e proteção. Estes comportamentos são influenciados pelos elementos do meio residencial, como atributos das habitações, aparência estética, espaços de estar, espaços semiprivados, dimensões espaciais, tipos de entrada, espaços estruturados (Kim & Kaplan, 2004:42-69; Skjaeveland & Garling, 1997:181-198), sendo a personificação e o sustentamento do território os elementos mais significativos (Al-Homound & Tassinari, 2004:1-23).

Alguns autores (Bonnes & Secchiaroli, 1995; Rapoport, 1978; 1986; 2003; Bonnes et al, 2004) sugerem que, o entendimento do meio em função dos inúmeros espaços, apreendendo que os multilugares se apresentam delimitados por lugares seguidos ora afastados em consequência do dinamismo e cargo que estes contêm. São as experiências quer individuais quer em grupo dos indivíduos que acabam por hierarquizar o sistema dos lugares através de atitudes de envolvimento ou afastamento com este (Bonnes & Secchiaroli, 1995; Lang, 1987)

O entendimento do que sucede num lugar está diretamente ligado ao que acontece nos outros lugares envolventes, bem como, com a duração de utilização, do mecanismo de atividades em função dos ideais culturais, da ligação de incorporação ou separação dos lugares, da coerência da localização dos lugares na estrutura urbana, da multiplicidade e da interatividade entre eles (Rapoport, 1986: 162).

2 - Fatores Arquitetônicos

2.1 - Aspectos Ambientais Dominantes nas Relações Sociais

Como já foi referido, o comportamento espacial humano é geograficamente localizado e subordina-se à composição desse ambiente, tendo, claro, em conta os aspetos apropriados entre esse ambiente e os anseios dos seus utilizadores. Pode-se então dizer, que a estruturação de um espaço pode ser interpretado não apenas como possível preliminar do comportamento ambiental, mas também como expressão dos costumes que os indivíduos praticam nesse lugar (Bonnes & Secchiaroli, 1995)

Assim sendo, os contactos sociais num lugar, são gerados em função do princípio organizativo do espaço e dos seus objetos físicos, proporcionando maior ou menor contacto e beneficiando ou desalentando a interação (Canter, 1970; Festinger e tal., 1950 apud Lay, 1998). Existem variantes espaciais que tendem a ter uma maior importância (Festinger et al., 1950 apud Skjaeveland & Garling, 1997), como fatores possibilitadores de maior interação social (Moser & Fleury-Bahi, 2002:122-136), por exemplo, a importância do espaço público no meio das áreas habitacionais, em que o espaço aberto torna-se possibilitador destes contactos sociais (Carr et al., 1992).

Segundo vários autores, as vastas características físico-espaciais remetem a significados que são avaliados pelos utilizadores em relação da sua importância e modelos de comportamento (Rapoport, 1978; Altman & Chemers, 1989; Garling & Golledge, 1989:03-236). Embora não garanta a execução de todas, a combinação dos componentes físicos-espaciais, que auxilia as ações sociais parece indicar que determinadas ações sejam pelo menos viáveis. Contudo, como já referido, na interação entre grupos heterogêneos é fundamental captar as divergências culturais já que cada cultura ostenta ideais diferentes de interação.

- Fatores Geradores de Convivência Social

A estruturação da malha urbana reflete-se no entendimento, por parte dos indivíduos, sobre um lugar, delimitando os seus modelos de movimento (Rofé, 1995). A previsível circulação de indivíduos num determinado lugar está ligada a características sintáticas do espaço, segundo alguns autores (Hiller, 1988:63-88; Hiller et al., 1993:29-66; Khalil & Zimring, 1997). Hiller et al. (1987: 233-250) refere que, o encontro surge de características bem traçadas de um mecanismo, onde são consideradas a densidade, a distribuição, a previsibilidade, em detrimento de aspetos de ligação com zonas de envolvente e do *layout*.

O sistema urbano divide-se em duas dimensões: uma de acordo com a visão da análise sintática, em que a perceção do conjunto urbano remete a cidade numa estrutura deformada inserida numa organização axial, onde espaços são fixos e os elementos móveis são as pessoas inseridas nela (Hiller, 1988); uma segunda, que alberga a verificação das características locais (áreas de vizinhança) e globais (sistema como um todo) e da analogia entre ambas.

Estas características podem ser avaliadas e enumeradas, possibilitando o entendimento do movimento proporcionado pela estrutura urbana, que segundo Hiller et al. (1993), comprovam que há uma reciprocidade entre equipamentos, presença de indivíduos e do modelo estruturante do espaço. Apesar da medida de integração global (profundidade topológica média de uma linha em relação a todas as outras do sistema), ser eminente à origem e movimento, contudo, os equipamentos urbanos são analisados como elementos potencializadores, atraindo o movimento de pessoas, ou não potencializadores, afastando as pessoas.

O potencial de encontro e co-presença de pessoas, como último fator gerador de convivência social, descreve uma população virtual porque trata de uma interação não efetiva entre os membros de grupo (Hiller et al., 1993). Nesse sentido, as variáveis sintáticas (profundidade, integração global e local, conectividade e controle), incutem a circulação pedestre, beneficiando a interação entre indivíduos que não têm obrigatoriamente alguma ligação entre si e impulsionam deste modo, o início de atividades sociais no lugar (Khalil & Zimring, 1997).

A questão das características estruturantes do lugar, através da análise sintática, pretende realçar que determinadas ruas de uma cidade, estão conectadas e globalmente integradas decretando uma possibilidade de co-presença de diferentes pessoas num lugar

comum. Quer o espaço quer a sociedade podem ser organizados de modo, a aumentar a possibilidade de encontros entre indivíduos de diferentes grupos (Hanson & Hiller, 1987 apud Rose, 1995). A potencialização do contacto entre grupos num determinado lugar, deve-se quer pela capacidade de utilizá-lo enquanto percurso, quer pelo costume permanente deste para produção de determinados usos, no âmbito da satisfação do indivíduo.

A interação de grupos diferentes, que potencialmente terão mais ou menos oportunidade de partilhar o mesmo lugar na execução de práticas comuns ou opostas, deve-se ao nível de centralidade de um lugar em relação à cidade como unidade, ao nível de deformação da estrutura e da profundidade do sistema.

- Acessibilidade do Lugar

Uma conjuntura elementar que deve estar patente no sistema do ambiente físico, para propiciar a atratividade de atividades num lugar é a acessibilidade (Carr et al., 1992), e consequentemente possibilita a existência de ações sociais (Gehl, 1987). Como já referido, o tipo de serviços e comércio, componentes de design presentes num lugar compreendem predileções, prazeres e opções em relação ao poder de compra da pessoa, declarando assim, que tipo de indivíduos são desejados no lugar e chamando-os no uso dos seus espaços (Carr et al., 1992). Assim, a acessibilidade a espaços que possibilitam as atividades é percebida então, como elemento gerador de um sistema de autoreforço. A comparência de indivíduos e criação de atividades estimula afirmativamente uma maior interação e uso do lugar (Gehl, 1987).

Existem três tipos de acessibilidade - física, simbólica e visual, que interagem entre si, podendo influenciar o tipo de controlo de uso desse lugar, bem como, quem pode entrar nele (Carr et al., 1992). Todavia, conclusões demonstradas por Lay, 1992 afirmam que, a acessibilidade visual associada à acessibilidade simbólica mais do que a física, delimita o uso dos espaços uma vez que estão ligadas ao aprazamento do lugar ao nível de predileção do modelo de vida (Carr et al., 1992; Skjaeveland & Garling, 1997), variedade de usos e apreensão de segurança (Gehl, 1987; Skjaeveland & Garling, 1992).

A apreciação da oportunidade do contacto social entre grupos num lugar parece estar fortemente ligada à acessibilidade deste.

- Rua

A rua surge como lugar primordial de encontros e de movimentação das pessoas, possibilitando por sua vez, um elevado intercâmbio de interações sociais (Czarnowski, 1991), aumentando a ligação de identidade e confiança destas com o lugar (Gehl, 1986 apud Skjaeveland, 2001).

Embora a rua, se evidencie como um espaço de acontecimento de inúmeros contactos sociais, contudo, é provável acontecer divergências de utilizações e de posturas de comportamentos em relação a esta. Estas dissemelhanças de características ora, confirmam a classe social dos indivíduos ora, evidenciam a variedade dos modos de quotidiano de diferentes grupos (Levitas, 1991). A ocupação dos espaços da rua para operações sociais é proporcional, em sentido oposto, ao valor de rendimentos (Basso, 2001), embora não seja regra, pois, existem fatores físicos que influenciam estas práticas sociais, como, por exemplo, a presença de passeios com escala e pavimentação apropriada à movimentação pedonal que podem aumentar o fluxo social na utilização destes (Basso, 2001). E ainda, a presença de vegetação (Basso, 2001; Kim & Kaplan 2004; Sullivan, Kuo & DePooter, 2004), existência de comércio, cafés, equipamentos (Moudon et al., 2006), mobiliário urbano de qualidade e iluminação artificial ajustada, proporcionando o sentimento de segurança e possibilitando a utilização dos espaços por ciclos de tempo maiores (Basso, 2001).

A quantidade e o tipo de tráfego parecem também influenciar a interação social da rua. Ruas com grande fluxo de viaturas estão relacionadas a menores probabilidades de contactos sociais e atividades, enquanto, por outro lado, ruas de tráfego reduzido ou condicionado provocam uma maior intensificação nas atividades e interações sociais (Appleyard & Lintell, 1972; Gehl, 1987; Taylor, 1988). Appleyard & Linell (1972) afirmam que, a dimensão territorial, grau de interação social e identidade do lugar estão reciprocamente ligados com o tamanho de tráfego da rua. Estes mesmos autores comprovaram que, existem diversos perfis de habitantes nos distintos padrões de vias. Esta seleção de ocupação é tanto influenciada por circunstâncias financeiras das pessoas como pela necessidade de maior facilidade de acesso a recursos do espaço físico.

Na interação social proporcionada pelo padrão da rua e pela intensificação de atividades ocorridas simultaneamente, é necessário estimar a interpretação do tipo de privacidade e anseio da interação em relação a cada classe social.

- Áreas Verdes

As consequências do contacto ou proximidade de áreas verdes e os elementos naturais na relação com os comportamentos sociais há muito que têm sido estudadas. Vários autores apontam que a proximidade de vegetação junto a ambientes de partilha comum de indivíduos, desempenha elevada preponderância na realização de entendimento de coletividade (Francis, Lindsey & Rice, 1994 apud Kearney, 2006) e no fortalecimento de elos de contacto entre pessoas adultas (Kweon, Sullivan & Wiley, 1998 apud Kearney, 2006). Estudos realizados em ambientes com presença de elementos verdes naturais concluíram que este aumentam as atividades de grupos com uma maior variação de classes etárias, face a ambientes sem a existência de elementos naturais (Coey, Kuo & Sullivan, 1997 apud Sullivan, Kuo & Depooter, 2004). Assim sendo, o acréscimo de possibilidades de interação social em áreas de espaços públicos de lazer, ruas e praças podem ser conseguidos através da colocação de elementos naturais verdes (Kearney, 2006).

- Atributos Espaciais

Lugares agradáveis têm a capacidade de atraírem as pessoas, como também de as deter por maiores períodos de tempo, possibilitando deste modo, mais e diversificados contactos sociais com possíveis tendências e objetivos semelhantes (Kaplan et al., 1989; Nasar, 1989 apud Skjaevelend & Garling, 1997). Características o âmbito da conceção espacial e de caráter de práticas auxiliadas pelo ambiente construído é que tornam um lugar como algo atrativo e propício à realização de atividades (Gehl, 1987).

Segundo Nasar (1997), a apreciação de um lugar é resultado de uma avaliação estética afetiva e experienciada por cada pessoa num determinado meio edificado. Características de avaliação como tendência arquitetónica, forma, cor, textura, panorâmicas, etc., podem ser elementos atrativos de determinado lugar (Cooper & Sarkissian, 1986 apud Lay, 1992; Skjaeveland & Garling, 1997), suscitando, contudo, dissemelhanças estéticas nos indivíduos, onde cultura, ocupação profissional, rendimento, etc, os diferenciam. Lay (1992) comprovou, num estudo feito em habitantes de um condomínio habitacional onde o aspeto visual foi avaliado segundo o significado dos atributos espaciais do lugar e consequente a apreensão de propriedades que traduziam ou não, os seus valores.

O aspeto ambiental de um lugar tem elevada preponderância na formação da imagem social, por sua vez traduzindo os gostos, valores, atos, (Becker, 1997 apud Lay,

1992) e indicando a organização social e o modelo funcional do lugar (Rapoport, 1985), possibilitando ainda, o reconhecimento e distinção dos diferentes grupos (Rapoport, 1985; 2003; Taylor, 1988; Twigger-Ross & Uzzel, 1996).

A escolha de determinado modelo de ambiente edificado é consequência de uma série de apreciações de particularidades físicas de um lugar, que são dependentes da percepção e averiguação de uma tendência por uma comunidade (Rapoport, 1985, 2003; Nasar, 1997), daí a relevância da imagem do lugar em espelhar características sociais.

Existe uma analogia forte entre o fator atratividade, que provoca um aumento do uso (Gehl, 1987, Lay, 1992; Basso, 2001), que por sua vez, irá produzir maior interação com a vizinhança (Lay, 1992; Basso, 2001; Skjaeveland & Garling, 1997), de sentimentos de identidade (Lay, 1992; Skjaeveland & Garling, 1997), e de pertença na sociedade (Lay, 1992; Kin & Kaplan, 2004, Basso, 2001) e de conexão com o lugar (Cullen, 1961 apud Gehl, 1987; Lay, 1992; Basso, 2001). Em suma, existe uma relação entre o lugar e o processo de reconhecimento social (Twigger-Ross & Uzzel, 1996).

Segundo ainda, alguns autores, a formação de uma comunidade sustentada num reconhecimento com o lugar alimenta similarmente as normas dos contactos sociais (Taylor, 1988; Altman & Chamers, 1989).

- Segurança

Sendo o medo um sentimento de vulnerabilidade face à circunstâncias suscetíveis de perigo (Ferraro, 1994 apud Perkins & Taylor, 1996), a percepção de segurança num dado lugar está ligada aos fatores físicos e socioeconómicos do mesmo (Perkins, Meeks & Taylor, 1992; Basso, 2001). Assim, tal sentimento dos indivíduos, surge pela captação da desordem quer física quer social perante o lugar (Perkins, Meeks & Taylor, 1992; Perkins & Taylor, 1996), como, por exemplo, referentes a comportamentos territoriais (Taylor, 1988) e características de estruturação espacial (Newman, 1996).

Análises realizadas a ambientes urbanos constataram consequências de insegurança, como a limitação dos indivíduos em circular pelo lugar onde habitam, provocando um comportamento social mais restrito (Liska, Sanchirico & Reed, 1988). Por sua vez, a apreensão de confiança sobre o lugar aumenta a usufruição de espaços abertos públicos (Basso, 2001), que demonstram maiores contactos sociais e que auxiliam na conquista de maior sentimento de segurança e união social (Taylor, 1996).

Tomando, como fator relevante, o domínio do sentimento de segurança na procura do espaço público, e também na oportunidade de relações sociais entre indivíduos, ressalta-se nesta a associação com as características do aspeto físico do lugar, abordado no item anterior, o caso da noção de desordem física.

Entende-se como desordem física, a aparência ambiental como o vandalismo, casas em ruínas, carros abandonados, falta de manutenção de jardins públicos, lixo espalhado, etc., ou seja, ambientes onde é impossibilitado conservar as propriedades de qualidade de vida com o surgimento de atos ilegais humanos, subentendendo conflitos sociais entre indivíduos (sem abrigos, alcoólicos, drogados) e que são identificados como desordem social do ambiente (Perkins & Taylor, 1996; Perkins, Meeks & Taylor, 1992).

Embora, estes dois fatores de desordem induzam para um sentimento de insegurança por parte das pessoas, evidencia-se, no entanto, maior grau de ligação entre insegurança e desordem física (Perkins & Taylor, 1996). Segundo Maxfield (1987 apud Perkins & Taylor, 1996), existe maior correspondência entre a deterioração do lugar e a apreensão de insegurança ao invés, desta face ao acontecimento do crime.

Em suma, quando e onde os habitantes ou utentes de um lugar captam as incapacidades do ambiente como falta de domínio territorial, eles absorvem um sentimento de desconfiança e insegurança (Perkins, Meeks & Taylor, 1992) que se reproduz na diminuição dos contactos sociais (Perkins & Taylor, 1996).

- Diversidade do Edificado

Como cada grupo aspira diferentes ambientes de estar ou mesmo para habitar, conforme os seus estilos de vida, por sua vez, os lugares conseguem alcançar essa diversidade de significados, podendo manifestar-se como imagem dos seus utilizadores. A eleição de determinado lugar, pode produzir transformação e individualização do meio ou, por outro lado, o ajustamento do modo de vida e do comportamento, com o fim de proporcionar o espaço físico adequado (Rapoport, 1985).

Espaços excessivamente relacionados a um específico grupo social, em função dos seus comportamentos ou imagem social, tendem debilitar ou restringir as oportunidades de interações entre pessoas com hábitos de vida dissemelhantes, segundo a visão de alguns autores (Sibley, 1988, 1995 apud Dixon, 2001.). No entanto, outros autores (Simpson & Yinger, 1965 apud Billig & Churchman, 2003), referem as variedades culturais como fator inibidor de correspondência e potencializador de atitudes de preconceito. Há também quem

defenda que, contactos entre sociedades diferentes podem contribuir na interação e minimizar tensões sociais (Massey, 1985 apud Billig & Churchman, 2003). Ou seja, neste aspeto existem visões variadas no modo de avaliar a perceção da diversidade de lugares e as consequências destes nas relações sociais.

Concluindo, ao confrontar a compreensão da diversidade do ambiente construído, o agrado da imagem do lugar e a captação de tranquilidade, parece possibilitar o entendimento destes elementos face, ao reconhecimento do utilizador regular ou morador de um lugar, e ao modo de incutir a interação social entre grupos diferentes num mesmo lugar.

- Robustez e Liberdade de Ação do Lugar

A correspondência dos equipamentos e o tipo de ações presentes num lugar tem a ver com o conceito de ‘robustez’ segundo Bentley et al., (1985). O autor refere, até que ponto uma proposta de um espaço, permite que o mesmo seja capacitado para a realização de diversos usos e, por outro lado, a ‘liberdade de ação, segundo Carr et al., (1992), que é compreendida segundo a aptidão de executar funções pretendidas num espaço com o fim de satisfazer necessidades de carácter público. Parques temáticos e lugares comunitários, por exemplo, são confinados a certas atividades determinando o tipo de uso e de comportamento (Altman & Chemers, 1989). Deste modo, possibilitam o aumento de encontros, pois estão associados a símbolos de prestígio, que por sua vez, colaboram para o sentido de lugar criando a noção de comunidade (Talen 2000). Também outras atividades, como pequeno comércio, cafés, funcionam como centros comunitários (Altman & Chemers, 1989), na medida em que intensificam sentimentos de união e de grupo (Wigger-Ross & Uzzel, 1996). Entre outros aspetos, estão relacionados afirmativamente à qualidade de deslocações pedonais segundo uma verificação feita recentemente por Moudon et al. (2006,) e confirmada por Basso, 2001 sendo que, como já referido, esta prática favorece a interação social.

No entanto, outras práticas, como edifícios com usos fabris, institucionais, terrenos ou casas abandonadas, existentes em ambientes habitacionais podem não permitir uma edificação contínua da malha urbana e podem causar sentimentos de intranquilidade nas pessoas, proporcionando dificuldades na dominação ambiental por parte dos indivíduos do lugar (Taylor, 1988), desencorajando-os nas práticas sociais.

Quando não existe incentivo no uso de um lugar, a oportunidade de coesão física e social do meio é restrita, o que levará a um ato de irresponsabilidade por este, e, por conseguinte a um prejuízo da imagem dos membros de uma sociedade, como alega Taylor (1988).

O conceito de autoeficácia de um lugar, referido por Bandura (1977 apud Twigger-Ross & Uzzel, 1996), é percebido através de uma consciência de firmeza por parte do indivíduo em efetuar uma tarefa ansiada, que lhe transmitirá um sentimento de satisfação (Leibking, 1992 apud Twigger-Ross & Uzzel, 1996), e de este se adaptar a ele possibilitando o ato de seleção de como pode obter os seus fins (Winkel, 1981 apud Twigger-Ross & Uzzel, 1996).

Em suma, a apropriação dos usos e dos equipamentos presentes num lugar, está ligada à dinâmica social e à consolidação da caracterização de uma comunidade, contudo as desigualdades económico-sociais são expressas no uso dos espaços.

3 - Fatores Sociológicos

3.1 - Descrição dos Elementos Estruturais Dominantes nos Contactos Sociais

Aspetos comportamentais na utilização de espaços comuns entre grupos diferentes, e o resultado dessa variedade na sugestão ou limitação de interações sociais, têm sido discutidos em alguns estudos feitos por diversos autores (Altman & Chemers, 1989; Dixon, 2004; Billig & Churchman, 2003).

A dissemelhança de um grupo e todas as normas da sua definição tem a ver fundamentalmente com o aspeto cultural, onde existem ideais, valores, imagens, captações, religiões e normas sociais comuns ao grupo que implica um modelo de comportamento e tipo de ambiente. Segundo Rapoport (1978), indivíduos com ideais e anseios semelhantes tendem a juntarem-se em lugares idênticos, porém, apesar de o processo de aglomeração ser algo inato, as suas normas estão sempre dependentes do lugar e do tempo. O entendimento de uma cultura através das suas várias cláusulas permite a caracterização de um grupo e da sua interação com o lugar.

- Hábitos de Vida

Os hábitos de vida são compreendidos pelo sistema de ações que fazem parte da nossa vida quotidiana, esta percepção é útil para a observação do comportamento e dos ambientes, uma vez que, um conjunto de atividades ligadas a um estilo de vida, demonstra a noção de adequação e de comprometimento entre o ambiente e os indivíduos. Fortalecendo assim, a ideia de ambiente comportamental no qual está exposta uma interligação entre o lugar, uma sociedade particular e as ações relacionadas a este.

Aspetos distintos permitem perceber sociedades na sua correspondência com um projeto arquitetónico, meio, e comportamento, são eles o sexo, etnia, profissão, rendimentos e ciclo de vida (Rapoport, 2003).

O protótipo de vida é dependente de um ambiente construído apropriado aos gostos estéticos dos utilizadores, às suas necessidades das ações e em responder às necessidades de um tempo (Rapoport, 2003).

O estudo de um grupo com base nos seus hábitos de vida e nos seus hábitos de atividades, é viável em zonas habitacionais (Rapoport, 1987), pois, as interações sociais existentes no meio construído são dependentes do modelo de habitação, aos modos de interação com os espaços e de uma estruturação espaço-temporal, influenciando paralelamente, os modelos de comportamento e os mapas mentais (Rapoport, 1978).

Quatro parâmetros em relação aos hábitos de vida podem ser relacionados, como forma de entender e distinguir os grupos em relação aos seus modos de abordar os espaços e as suas relações sociais:

- **STATUS SOCIO ECONÓMICO:**

Este aspeto é julgado em função de uma classificação monetária, que possibilita a caracterização das dissemelhanças quer de recursos materiais quer sociais entre grupos, que por sua vez, é relevante na apreciação e apropriação do lugar, do projeto arquitetónico e do comportamento (Michelson, 1987).

O *status* interfere na possibilidade de escolha (Rapoport, 1985), provocando uma segmentação socio espacial pela cidade, embora este acabe por ser um processo natural, no qual, as pessoas ou grupos procuram lugares de consonância com as suas possibilidades económicas, e por vezes aspetos sociopolíticos para habitarem e trabalharem (Frick, 1986).

Portanto, os aspetos socioeconómicos permitem ajudar na distinção de grupos diferentes, que interagem em lugares habitacionais comuns, possibilitando o

reconhecimento do tipo de uso do lugar e interação social correspondente a cada grupo, assim como a preponderância desses elementos na relação entre eles.

- TEMPO DE FIXAÇÃO AO LUGAR

A idade de residência no mesmo lugar também exprime o modo de vida da pessoa ou grupo, sendo este tempo relacionado à produção de vivacidade social nas ruas adjacentes à própria residência (Basso, 2001).

Em lugares consolidados, a tendência é de existirem habitantes mais antigos em relação a lugares novos, nos quais existem constantes modificações e por consequente introdução de novos grupos, que proporcionam variadas atividades sociais e comportamentos.

Em suma, a idade de residência num lugar possibilita determinar as variedades de interação social e de uso em grupos diferentes num lugar partilhado.

- VERTENTE FAMILIAR

As faixas etárias, bem como a constituição familiar, proporcionam variadas atividades num lugar, que auxiliam no reconhecimento das dissemelhanças entre os grupos residentes em áreas comuns e possibilitam uma forte probabilidade de contato social entre estes.

- DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES

A composição que se faz do tecido urbano em função do uso dos variados lugares da cidade é afetado pelos grupos, devido aos tipos de atividades exequíveis ou ambicionadas (Rapoport, 1978).

Neste propósito, poderá dizer-se que as variáveis em relação à profissão (qualificação) e ao período de trabalho (turnos e número de horas), afetam a intensidade e os tipos de contactos sociais (Scholsser, 1981 apud Sodeur, 1986). Sodeur acrescenta ainda que, residentes com diferenças de recursos de tempo e económicos, influenciam na organização das atividades no lugar, e, por conseguinte interferem no grau de contactos sociais.

3.2 - Consequências dos Contactos entre Grupos

Indivíduos com princípios e objetivos sociais idênticos tendem a aglomerarem-se em grupos, em que as desigualdades culturais compõem os seus comportamentos e inibem ou não a escolha e o uso de lugares (Rapoport, 1978). Nesta perspetiva, elementos de igualdade na estrutura social influenciam o comportamento territorial, e, por conseguinte,

disciplinam a interação no lugar. O afastamento social de grupos que partilham um determinado lugar poderá proporcionar situações negativas entre eles (Lang, 1987), ou levar os grupos a proteger os seus territórios mais possantemente (Taylor, 1988). Neste sentido, grupos com maior número de aspetos iguais tendem a obter maiores situações de interação social, enquanto o oposto levará a conflitos (Rapoport, 1978).

Ainda que a semelhança, união social e dimensão do grupo atuem sobre o comportamento territorial, gerindo a interação (Taylor, 1988), não está comprovado que a homogeneidade de grupos beneficie os contactos sociais e as suas relações (Rapoport, 1978). Contudo, são averiguados resultados positivos neste tipo de situações (Rapoport, 1978), tal como negativos, como conflitos na situação de heterogeneidade (Gans, 1976; Rapoport, 1978; Altman & Chemers, 1989).

Em suma, a apreensão quer da heterogeneidade ou da homogeneidade de grupos num dado lugar comum sugere-se como um guia relevante na averiguação do nível de caracterização entre pessoas.

3.3 - Aspetos Organizacionais Preponderantes nos Contactos Sociais

O comportamento territorial, já abordado, estrutura e avalia as relações humanas, designando como, o quê e quando efetuar uma ação. Como suplemento, aspetos culturais afetam o modelo de território, como é compreendido e como o grupo ou a pessoa se sente em relação ao lugar (Taylor, 1988). Ou seja, segundo Rapoport (2003) as variáveis de estilo de vida são ponderadas em tipos de comportamentos e avaliadas se adequadas a um lugar.

A estruturação do meio construído, surge assim, como consequência de ideais desejados. Tal como verificado, em algumas análises, indivíduos em que o nível socioeconómico é maior tendem a necessitar de maior espaço pessoal, maior privacidade e maior domínio territorial (Lang, 1987). Neste sentido, o comportamento territorial está diretamente ligado à geração de uma figura que o indivíduo ou o grupo considera de si próprio e de contacto com outros.

A constituição social influencia as atividades de circunscrição do território, por meio de obstáculos físicos ou simbólicos (Taylor, 1988), e possibilita deste modo que, grupos declarem e incrementem a sua personalidade e valores com o auxílio do ambiente construído, possibilitando uma imagem sua de coletividade e beneficiando a sua identidade e autodescrição (Altman & Chemers, 1989). Em suma, a interpretação da imagem de um

grupo através dos aspetos que a constituem, possibilita avaliar as dissemelhanças entre os grupos, tal como associar essa imagem à posição social e ao sentimento de confiança (Rapoport, 1978).

Impactos Espaciais Contemporâneos no Comportamento

Se analisarmos as últimas três décadas constatamos que o conceito de espaço urbano tem vindo a alterar-se expressivamente. As cidades contemporâneas declaram ambientes urbanos que contrastam com os que existiam anteriormente. O seu desgaste deu origem a novas particularidades, novos conceitos do que é, e deverá ser, o espaço urbano, que conseqüentemente, arrastou novos hábitos de apropriação e experimentação do viver. Torna-se então proeminente, neste trabalho, a análise da repercussão sobre os impactos sócio espaciais contemporâneos subsequentes, de certas dinâmicas inseridas por essas mudanças, designadamente, as dinâmicas do espaço privado face ao público e do consumismo.

Neste último capítulo, estruturam-se cinco pontos de reflexão. No primeiro ponto, são identificadas algumas das metamorfoses contemporâneas do ambiente urbano, começando por uma descrição sintética dos sistemas de neoliberalismo e crítica dos ideais da modernidade, para uma melhor análise da sua aplicação no lugar. No ponto dois, são descritos lugares, como exemplo para melhor perceber os sistemas apresentados. O terceiro ponto, faz uma análise crítica da realização e uso dos lugares urbanos atuais, questionando-se como estas novas formas de lugares são produzidos, os sistemas de realização e os fins que lhes são empregues. Seguidamente, a avaliação do modo, como estes lugares são utilizados e os problemas que estas formas de uso acarretam. Por fim, ainda neste ponto, pretende-se a compreensão como estes novos conceitos de ambiente influenciam ou não, a existência de conflito e de cidadania. No quarto ponto, remete-se a reflexão a um tipo de lugar mais usual e saliente da paisagem urbana contemporânea. Por último, são diagnosticadas algumas conclusões fechando assim o ponto cinco e último capítulo deste trabalho.

Modificações Contemporâneas do Ambiente Urbano

O espaço público é o conjunto de lugares urbanos aos quais se atribui distinta importância na difusão de indivíduos, de bens e mercadorias, de ideias ou utopias, de culturas, de comunicação, etc. Ele é, pois, o palco de abertura de variadas possibilidades, como os mais diversos conflitos políticos e sociais, de evidente democraticidade e de interação social, que encerra em si um grande potencial enquanto lugar de liberdade e condescendência. Tal como Merrifield (1996: 52-72) afirma:

“Os espaços públicos nas cidades têm sido, desde sempre, local de encontros, protestos e reivindicações. Simbolizam a solidariedade e a experiência coletivas, são lugares onde a luta política e a dissonância são experimentadas. Historicamente as pessoas sempre se juntaram para discutir e para se manifestarem nos espaços públicos urbanos, invariavelmente procurando a sua reapropriação e a reconstrução da sociedade à sua imagem.”

De um modo mais claro, o espaço público é constituído pelas praças e largos, ruas, memórias, feiras, mercados e zonas de jardins (Alves, 2003). É evidente a utilidade fulcral que o espaço público tem como lugar, quer pela mutabilidade e que pela flexibilidade. Como ponto de referência base desta definição, do que é o espaço público, podemos reparar que a partir dos anos 80, este tem sofrido variadas modificações, responsáveis por transformações em diversos níveis de comportamentos e de vida humana.

Stevenson (2001) descreve, a um nível mais vago e vasto, por um lado, os procedimentos de pós-modernização cultural e globalização económica e política, como as alterações mais significantes. E por outro, numa perspetiva mais restrita, aponta a carência do bem-estar social (Estado Providencia) nas comunidades ocidentais, o maior contestamento do neoliberalismo, enquanto doutrina económica, e da social-democracia, enquanto método político, e por último, a expansão do capitalismo informacional.

De um modo sintético, em relação aos aspetos referidos, escolheu-se duas alterações como as grandes causadoras que dominaram e ainda continuam a dominar a conceção e o uso do espaço público urbano: o neoliberalismo – como novo plano político-económico dominante e o surgimento de anulações aos modelos iluministas da modernidade. Toma-se como neoliberalismo a liberdade de ação individual, o livre funcionamento do comércio e o direito à propriedade, deixando-se levar pelo modelo do

laissez-faire. Apesar de, as imensas oposições entre o modelo neoliberal e o seu emprego efetivo, fazem-se evidenciar uma série de grupos de elementos importantes quando se julga a relação da vida social e o neoliberalismo, ou seja, nos variados aspetos em que o neoliberalismo rege e esmaga a vida social.

A grande reprovação aos modelos iluministas da modernidade concretiza-se no surgimento de escolas científicas, culturais, filosóficas e artísticas que se apercebem das suas fragilidades e orientam-lhes um misto de soluções alternativas (Benhabib, 1992; Graham, 1988:60-66; Jameson, 1991; King, 2003:381-397; Ryan, 2004: 469-484). Surge assim, um sentimento de revolta face à racionalidade inerente das ideias modernistas e uma ato de descrença diante a presumida universidade (Anderson, 1998). A presença de um meio determinado em volta do qual se traça o entendimento que temos da realidade, é rejeitada (Cloke et al., 1991). Passa-se a elogiar o que é heterogéneo, uma maior afetividade diante do que é diferente, o caos, aquilo que é único e singular, afirmando que todo o entendimento sujeita-se às condições contextuais sob as quais é concebido.

Neste seguimento, dá entender que foi a detonação do modernismo, que assim se estilhou, possibilitando muitas outras coisas possíveis, que dantes se escondiam sob o seu grande peso. Harvey (1990) refere que, “a ideia que todos os grupos têm direito a fazer-se ouvir, na sua própria voz, e que esta voz é aceite como autêntica e legítima é essencial para a pluralidade pós-moderna”. É então permissível dizer que, as modificações feitas pelo neoliberalismo, como grandioso propósito político-económico dominante e o progresso de novos protótipos que confrontam os propósitos da modernidade, num âmbito em que a globalização, no seu sentido impudente, e que enche a vista, permitem como oposição o aparecimento de novos modos de ver e projetar o espaço que tendem centrar-se em volta das extensões económica e cultural.

O aparecimento de novas tendências, articuladas a lugares específicos, caracteriza que as modificações previamente enumeradas não só se realizam num grau de correspondência enigmático, como também, encerram uma materialidade específica.

A imagem do que certos autores (Barata Salgueiro, 1998:225-235; Hall, 2006; Knox e Pinch, 2006; Mendes, 2001: 8-108) têm denominado por cidade pós-moderna, faz originar duas dinâmicas grandemente relacionadas que determinam o ambiente urbano contemporâneo e o aumento da propensão para cada vez mais privatizar o espaço público urbano. Hoje em dia, privilegia-se a criação de lugares de grande harmonia, onde os comportamentos e o seu uso são orientados para uma homogeneização com regras antecipadamente estudadas e definidas. Paralelamente, ligada a este raciocínio verifica-se

também uma vigilância e securitização a que estão sujeitos estes ambientes urbanos. Por outro lado, num sentido de incremento de um consumismo do ambiente urbano, avista-se um agregado de sistemas que tendem a transforma-lo mais atraente, com meios de enaltecer aspetos ligados à estética, valores simbólicos, e modelos de vida, ou seja, da invocação a ideais hedonísticos de apreciar o lazer e a própria vida. Ou seja, estamos perante um marketing urbano que se tem apossado cada vez mais dos planos de progresso engenhoso das cidades, bem como em outro tipo de situações variadas que pretendem reabilitar lugares designados como obsoletos.

É plausível dizer que, se presencia ao aumento de uma invasão entre dois géneros diligentes espaciais: uma, acelerada e passageira – pós-moderna, e outra, firme e insensível. Contudo, como resultado desta ligação, surgem singularidades que convivem de forma tensa entre estes dois raciocínios. Se por um lado, se faz ressaltar qualidades como a diferença, a diversidade, o recreativo e o divertido, por outro, limita-se a liberdade, aprisiona-se os espaços e controla-se os comportamentos e interações sociais.

Estas dinâmicas espaciais urbanas produzem lugares factícios, que por vezes representam de forma grotesca as características da verdade que mais eficazmente servem as suas intenções. Isto é, a nomeação de certas temáticas que se apreendem como figurações de distintivo, mostra bem este sistema de conceção de micro-histórias, com interpretações alegóricas, que ambicionam nada mais e nada menos, que a homogeneidade do que aos seus utilizadores diz respeito. Desta forma desenvolvem-se ambientes em que as únicas ações de incentivo são o lazer e o consumo, atividades que de modo geral, acabam por se desprender da realidade do que deveria ser. Cachinho (2005: 322-329) numa maneira de ver comparável, refere que a sociedade contemporânea se descreve:

“por uma manifesta perda de empenho dos indivíduos pelas grandes causas do foro coletivo ou até mesmo pelos grandes projetos singulares” e que “esta tendência para as vivências superficiais e mais descomprometidas observa-se em todos os quadrantes da vida”.

Estes lugares geram específicos modelos de adaptação e uso, que cooperam na formação de estados de modificação irreversíveis socio-espaciais, que dominam inevitavelmente a estrutura e o desfrutar da cidadania. Como que de um surto global se falasse, estes modelos têm afetado quase todas as classes da vida social das sociedades contemporâneas.

Se por um lado, a realização destes espaços cumpre os modelos direcionados para o mercado, subsequentes de uma aproximação neoliberal das necessidades humanas, por outro lado, no que diz respeito aos seus usos, verifica-se uma segregação de aspetos neles embutidos na altura da sua conceção. As únicas interações autorizadas são aquelas entre os indivíduos desagregados e as imagens que os aliciam, estabelecendo predileção de determinadas classes em prejuízo de outras, empurrando-as para uma postura marginal.

Torna-se pertinente então um comentário em relação a estes lugares, como normas de conceção e moldes de uso. Da forma como, omitem a interação dos indivíduos que sempre marcaram os lugares públicos e em que a cidadania era constantemente (re)construída.

Reforma do Espaço Público Atual

O espaço urbano contemporâneo articulado com as características já referenciadas, tem alterado a expectativa do espaço público, em detrimento de um lugar de descoberta e excecional para a renovação social, cultural e simbólica, tal como designa Castro (2002: 53-67) “ a cena pública mediática tende a substituir cada vez mais a cena publica urbana e a simbólica a transformar-se em espetáculo”.

Face a este esgotamento de conceção de espaço público, os ideais de progresso urbano particulares do neoliberalismo produzem ‘produtos urbanos’, em enclaves temáticos de lazer, de comércio, negócios, etc (Borja, 2005: 79-89).E que com a globalização, as cidades são, como que consideradas escritórios, agregando departamentos de divisões de trabalhos, de utilidades, de importância e de estilos de vida, onde a conceção dos ambientes espaciais passam a ser comparados com aspetos de carácter provisório (Harvey, 2005 :29-57). Neste sentido, o planeamento urbano adquire particular importância, na medida em que, num contexto geral, passa a ser determinado como um agregado de normas para tomar o domínio face à criação e utilização do lugar. Paralelamente, a este domínio relativo à materialidade das construções, traça também um conjunto de comportamentos quer individuais e coletivos, quer privados e públicos. Concebem-se então, lugares regulados ao espelho de válidas predominantes e como designa Castells (1972) uma “prática política de classes”.

A estes espaços, acrescentam-se também algumas reabilitações urbanas, com o objetivo de melhoria urbanística dos espaços que se encontram abandonados ou com pouca atividade. Muitas vezes, pela sua centralidade e relação com a cidade apresentam uma

grande potencialidade económica e urbana, designados como marginais que apresentam possibilidade de localizar novas atividades. Contudo, existem muitos elementos em intervenções que por uma razão ou outra ficam esquecidos, como, a rejeição de espaços e grupos sociais em benefício de outros, não permitindo a renovação da cidade como um todo. A conceção de ambientes socialmente heterogéneos, impõe que o cidadão se torne num mero ator em que lhe é exigido representar neste palco – cidade. As reabilitações de frentes de água, parques temáticos, centros comerciais são alguns exemplos do tipo de espaços descritos.

O exemplo da reabilitação de frentes de água, que surge na América em 1950, e hoje em dia praticada por todo o mundo, qualifica-se, em geral, pela substituição de áreas industriais e comerciais desativadas ou degradadas por novas áreas de lazer, serviços, habitação e equipamentos. Na maioria dos casos, estas construções portuárias deterioradas são adequadas em áreas comerciais, abrangendo em simultâneo lugares de diversão e lazer. Esta ideia produz um método de êxito, empregue como agente incitador de investida de entidades privadas.

Leedy (1980), de acordo com este propósito, refere que estes procedimentos de reabilitação declaram-se efetivamente aquando “ o interesse público e das autoridades no sentido da requalificação de áreas anteriormente degradadas, obsoletas ou sub utilizadas, tendo em vista o desenvolvimento de carácter urbano, paisagístico, cultural e de lazer que responda às novas solicitações que se colocam à sua fruição”.

Segundo a perspetiva de um molde neoliberal ambiciona-se realizar lugares em que os conceitos estejam de acordo com pensamentos de *beautiful city*, onde as grandes superfícies sejam o espelho das cidades, em que os lugares e comportamentos sejam homogeneizados, e onde se concebam lugares de unanimidade e de inexistência de conflitos, que garantam interação entre os indivíduos.

Crítica aos Lugares Urbanos Contemporâneos

Após a observação de alguns tipos de lugares urbanos projetados, nos moldes das dinâmicas espaciais de privatização e mercadorização descritas, torna-se agora importante fazer algumas considerações no âmbito crítico.

Na análise da conceção dos lugares urbanos atuais, existem duas críticas que podem ser consideradas a este tipo de conceito de produção, no âmbito de uma maior solidificação da dualidade securitização – mercadorização. Ou seja, em primeiro, a razão de se privatizar o espaço público, de se criarem lugares anómalos que, embora tenham inúmeras características que são comuns aos lugares públicos, como liberdade, multidão, admiração, surpresa, dinamismo, etc, os enclausuram, restringindo as suas potencialidades. O enclausuramento atribuído aos espaços, significa que neles se incrementam processo de controlo de interações sociais em que estas se efetuam em sintonia com raciocínios analogamente fortes de domínio interpessoal.

Geralmente, as configurações de projetar este tipo de lugares que atendem a estas dinâmicas, imitam um lugar público lendário, fundamentado numa série de elementos que lhe é usualmente atribuído. No decurso de conceção espacial, é habitual criar uma certa saudade por uma identidade que somente vive enquanto recordação comum (Goss, 1993: 18-47).

Como segunda crítica, salienta-se o facto de ser dada cada vez mais importância a aspetos de ordem económica em prejuízo de outros de ordem social. O objetivo transforma-se cada vez mais em obter rentabilidade financeira dos espaços, seguindo um raciocínio de incrementação de consumismo nos mesmos. Deste modo, reabilitações e espaços com maiores probabilidades de eficiência financeira são considerados prioritários, pois, são capazes de elevar as cidades para níveis de competitividade inter-urbana. Os espaços são gerados com uma intenção excessiva de hiper-estimulação sensorial, e acabam por ser pensados de forma negligente, pois, em inúmeras situações não têm em consideração as opiniões e anseios daqueles que por eles são diretamente influenciados, e quando o fazem, estes procedimentos de decisão com participação pública são feitos em regra de forma pouco translúcida. Muitos dos espaços públicos podem ser considerados como impedimentos à competitividade, sendo designados como um espaço restante dentro da estrutura urbana.

Observa-se, pois, que a conceção de certos tipos de espaço públicos figuram uma forma de materialização de certos valores sociais e culturais.

Zukin (apud Knox e Pinch, 2006) refere-se em relação aos arquitetos, que:

‘ o seu papel social enquanto produtores culturais e as formas de organização do consumo em que intervêm, transformam materialmente as paisagens. Tanto como objetos de desejo como formas estruturais, os seus trabalhos conectam o espaço e o tempo. Também medeiam diretamente o poder económico através da estruturação e da conformidade, a determinadas normas de investimento, produção e consumo, guiadas pelo mercado.’

Depois de o questionamento do modo, como as novas formas de espaço urbano são concebidas, e dos sistemas de produção e dos objetivos que lhes estão subjacentes, é agora feita uma análise à forma como estes espaços são utilizados e aos problemas que ocorrem dessas formas de uso.

Na utilização dos espaços aparece um aspeto denominado por dinâmica de dupla seletividade, isto é, a ocorrência de certos grupos verem reduzidas as suas ações de utilização, devido a restrições resultantes da lógica de securitização e mercadorização, ou mesmo inibidos de utilizar estes lugares.

Por um lado, temos a maneira de ação que esses lugares acarretam por meio de uma série de normas em que o cumprimento é obrigatório a todos os utentes que deles querem fruir, delimitando fortemente as potencialidades da ação humana, de modo que estes lugares, impõem identidade e apropriação por parte dos seus utentes. Por outro lado, temos uma propriedade elementar para que o uso dos espaços possa ser exequível, mas que surge como um outro modo de limitação, que é o impedimento de aceder ao agrupado de recursos que possibilitam a leitura de imagens e símbolos do lugar. Isto é, no ato de conceção estes lugares agregam uma série de anseios e definições, aproximados com as ligações que desejam constituir com os seus usufruidores, podendo excluir quem não obtiver tais aptidões ao seu conhecimento. De um modo mais simplificado, os indivíduos têm que se adaptar às aceções implícitas pelos espaços, como que se fossem atores.

Considera-se que as modificações de conceção e de uso, consequentes das atividades de privatização e mercadorização dos espaços urbanos, os têm influenciado de duas formas inter-relacionais. Uma primeira, porque as regras sócios espaciais passam a girar em volta do consumismo, isto é, a razão que sustém os espaços é uma que exclui e

distancia a conflituosidade, a espontaneidade e o inesperado. Em segundo, porque as dinâmicas de exclusão referenciadas, anteriormente, criam uma resistência à realização de processos de cidadania urbana realmente participadas. Embora, atualmente a extensão cultural e identitária sejam os distintivos da cidadania mais fortes, contudo, não quer dizer que as demais extensões deixem de ter relevância, pelo contrário, este tipo de espaços apresentam aspetos de homogeneização e 'limpeza' socio cultural que são barreiras à sua (re) construção. Em suma, estes lugares confinam o progresso das interações sociais e principalmente, as relações de conflitualidade que são as que desenvolvem e solidificam a cidadania.

Espaços Comerciais

O consumo é hoje a primeira função urbana, fazendo assim com que os lugares destinados a estes fins sejam considerados primordiais na cidade. A aceção conferida atualmente ao consumismo transpõe-se à dimensão económica e atribui particular importância à sua potência simbólica. Os produtos sobrepõem à dimensão material e são julgados “*pelos indivíduos – consumidores através dos signos e mensagens que comunicam*”, levando desta forma ao “*domínio do hiper – real*” (Cachinho, 2005: 322-329). Esta noção de espírito materializado do consumo e o abonar a vertente simbólica, levou o comércio a transfigurar-se em objetos de símbolos que “*alimentam as experiências do consumo através dos quais os indivíduos cada vez mais constroem as imagens que querem passar de si aos outros, definem os seus estatutos e criam a sua própria identidade*” (Cachinho, 2005). Esta vertente em torno do simbólico, faz surgir uma cultura de imagem e representação, aumentando a separação entre classes sociais. Exemplo deste tipo de lugares, são os centros comerciais que incutem o consumo e em paralelo servem de palco de aparências.

Sendo os centros comerciais, espaços privados, exigem quanto à sua utilização uma série de normas, que apesar de, não estarem declaradas se subentendem e que estão definidas desde o ato da sua conceção. Estes lugares não têm somente normas de cumprimento básicas como o poder de administração social e do seu uso, mas também incutem normas complexas fundamentadas em aspetos de rejeição e de regulamento. Estes lugares albergam uma vigilância informal de avaliar a existência de indivíduos que não correspondem àquele lugar e para administrar comportamentos em público. Nesta perspetiva a utilização destes lugares por determinados grupos gera-se num problema. A

segregação social nestes lugares confina a posse e a estruturação de uma cidadania absoluta.

Deparamos nestes lugares, uma situação em que o consumidor transforma-se num ator, e é conduzido numa representação num palco, em que tem de empregar um dialeto codificado para o fazer, devido à circunstância de que cada lugar destes personifica uma ambiência distinta relacionada a uma temática e “ancorada no simbolismo da arquitetura e do design” (Cachinho, 2005). Por outra parte, surge o fator segurança e da necessidade das pessoas a sentirem, ou seja, a artificialidade espacial, a sua constante manutenção e a seu controle, asseguram aos seus utentes um sentimento de segurança que no espaço aberto público não têm.

Resumindo, os centros comerciais imitam e exageram o ideal neoliberal de conceção espacial, não se limitam apenas a ser um lugar de carácter consumista, também servem de palco de demonstrações simbólicas e de representação e afirmação do indivíduo. Estes são projetados com normas que confinam a liberdade de uso, comportamentos e interações sociais (Manzo, 2005: 83-97), a vigilância, o provocatório, os símbolos de consumo, a atitude influenciam-se reciprocamente estabelecendo as normas de acesso a estes lugares.

CONCLUSÃO

‘primeiro formamos os nossos edifícios, depois eles formam-nos a nós’

Winston Churchill, apud Muga Henrique (2005:23)

O objetivo a embargar desta revisão bibliográfica não é definir modelos padrão e regras para o ato de projetar, mas antes de mais entender o ser humano no ambiente construído. Um Lugar pode apenas ser algo “criativo” quando se torna num benefício para os utentes que nele coabitam. Esta criatividade passa por uma escolha refletida, seja nos decursos conceituais para o projeto, seja nas formas, nos materiais, nos padrões, nas cores, nas texturas e nos elementos que as ciências possam fornecer.

A ideia que o ato de projetar passa pela utilização dos potenciais endógenos das sociedades, pelos quais se pode construir e debater metodologicamente o desenvolvimento, e que tenha como base fundamental a participação democrática dos membros da comunidade e a procura de melhores condições de bem-estar na vida, prezando o meio ambiente.

No entanto, a identidade social não se resume simplesmente à cultura, mas também à sua biologia. Assim, acredito que todas aquelas diretrizes adquiridas nas ciências, irão auxiliar cada vez mais no conhecimento do ser humano, dispondo assim, um apoio teórico mais sustentável para a prática do ato de projetar.

O nosso subconsciente é capaz de influenciar o nosso pensamento e os nossos comportamentos, motivado não somente pelas nossas memórias e experiências, mas também pelos estímulos provocados pelo Lugar.

“... é o grande desafio do nosso tempo: criar comunidades sustentáveis, isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras” (Capra, 1996: 24)

Para além, do lugar aparecer como grande depositário e objeto das ações e políticas do homem, captar o que possa ser causa de tensão cognitiva pode ajudar na conceção de Lugares para que sejam mais sustentáveis, e que estimulem os sentidos e os sentimentos das concretizações das relações humanas e sociais.

“As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados exprimem-se todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no accidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”.

Carlos (2007:17)

Quanto melhor se conhece essas correlações corporais, mais facilmente se consegue gerar incentivos moldados às aspirações de cada Lugar.

No entanto, será relevante não nos deixar absorver simplesmente por estes mecanismos mentais, o Arquiteto deve igual meditação sobre os meios pelos quais ocorre este interface ambiente/corpo, todos os outros meios de interação para além dos cinco sentidos primários. Com um maior conhecimento biológico do ser humano, podemos então entender melhor o que nos distingue culturalmente e assim traçar no projetos importantes regras na definição do seu conceito.

“O lugar é o suporte espacial e territorial do processo de Desenvolvimento Local. Trata-se da necessidade de construir uma configuração espacial do lugar, como base para que a sociedade se organize para viver e produzir. Portanto, para construir um processo de desenvolvimento local sustentável, é preciso centrar esforços no melhoramento do lugar como suporte espacial da comunidade que se pretende fazer sustentável”

Silva e Rodríguez (2001:21)

A busca do apoio nas ciências humanas, como a Psicologia e a Sociologia, em destaque neste trabalho, não definem o que o Arquiteto deve materializar, mas sim fazer perceber o que este pretende materializar, orientando-o para uma Arquitetura capaz de responder à natureza humana.

A cidade é o Lugar em constante transformação, resultado de atividades e interesses diversificados, no qual é importante não perder o fio condutor, para que este não se traduza num cenário caótico e desordenado devido à falta de planeamento e de critérios de gestão

social. Contudo, não quero com isto dizer, que atualmente não se façam bons trabalhos, que respondam a estas necessidades, somente pretendo reforçar que este propósito tem de ser atingido intencionalmente e apoiado em teorias científicas. Do meu ponto de vista, não há razão em afastar ou ignorar as demais ciências que se relacionem com a Arquitetura e onde a mesma se pode apoiar.

No entanto, denoto uma certa frieza nesta aproximação, será pela fraqueza de apropriação do domínio científico nesta Arte?

Considero que Arquitetura transcende a Arte. A Arquitetura cumpre o papel de documentar a visão do mundo, de cada povo, desde abrigar o homem, defendê-lo dos fenômenos naturais e satisfazer as suas necessidades do quotidiano, e, por outro lado, um Lugar onde ele medita, reza, idealiza, sonha, e é Feliz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. 2003. **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano**. Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- AL-HOMOUD, Majd & TASSINARY, Louis G. 2004. **Social interactions at the neighborhood-level as a function of external space enclosure**. *Journal of Architecture and Planning Research*, 21 n. 1, p. 10-23.
- ALTMAN, Irwin & ROGOFF, B. 1987. **Word-views in psychology: trait, interactional, organismic and transactional perspective**. In: D. Stokols & I. Alman (Eds.), *Handbook of environment psychology*, New York: Wiley, p.7-40.
- ALTMAN, Irwin & CHEMERS, Martin M. 1989. **Culture and environment**. Cambridge University Press.
- ALTMAN, Irwin & ZUBE, Ervin H. 1989. **Public Spaces and Spaces**. New York: Plenum Press.
- ANDERSON, P. 1998. **The Origins of Postmodernity**. London: Verso.
- APPLEYARD, Donald & LINTELL, Mark. 1972. **The Environment Quality of City Streets: The Residents Viewpoint**. *Journal of American Institute of Planners*, v.2, n. 38, p. 84-101, mar.
- BACHELARD, Gaston. 1993. **A poética do espaço**. Coleção Topicos, p, 24 – 26.
- BARATA SALGUEIRO, T. 1998. **Cidade pós-moderna: espaço fragmentado**. *Inforgeo*, 12/13, 225-235.
- BASSO, Jussara Maria. 2001. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e a apropriação dos espaços abertos públicos**.
- BENEVOLO, Leonardo. 1997. **A história da cidade**.

- BENHBIB, S. 1992. **Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics**. Cambridge: Polity Press.
- BENTLEY, Ian; ALCOCK, Alan; SMITH, Graham; MURRAIN, Paul; MCGLYNN, Sue. 1985. **Responsive Environments**. London: Architectural Press.
- BILLIG, Miriam & CHURCHMAN, Arza. 2003. **Building walls of brick and breaking walls of separation**. *Environment and Behavior*, v. 35, n. 2, p. 227-249, mar.
- BONAIUTO, Marino; BONNES, Mirilia; CONTINISIO, Massimo. 2004. **Neighborhood evaluation within a multiplace perspective on urban activities**. *Environment and Behavior*, v. 36, n.1, p. 42-69, jan.
- BONNES, Mirilia & SECCHIAROLI, Gianfranco. 1995. **Environmental Psychology**. A Psychosocial introduction. London, Sage Publications, Cap. 4 e 5.
- BORJA, J. 2000. “**Fazer cidade na cidade actual. Centros e espaços públicos como oportunidades**”, In Brandão, P. e Remesar, A. (coord.), *Espaço Público e Interdisciplinaridade*. Lisboa: Centro Português do Design, 79-89.
- CACHINHO, H. 2005. “**O significado das lojas: da venda de produtos à oferta de experiências de vida**”. In Medeiros, C. (coord.), *Geografia de Portugal: Actividades Económicas e Espaço Geográfico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 322-329.
- CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne & STONE, Andrew. 1992. **Public Space**. Cambridge University Press.
- CASTELLS, M. 1972. **La Question Urbaine**. Paris: Maspero.
- CASTRO, A. 2002. **Espaços públicos, coexistência social e civilidade, Cidades – Comunidades e Territórios**. 5, 53-67.
- CERTEAU, Michel de. 1990. **L'invention du quotidien**.
- CLOKE, P. *et al.* 1991. **Approaching Human Geography: An introduction to contemporary theoretical debates**. London: Paul Chapman Publishing.

- CROFT, Vasco. 2001. **Arquitetura e Humanismo, O Papel do Arquiteto, Hoje, Em Portugal.** Terramar.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. 1982. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa.**
- CZARNOWSKI, Thomas. 1991. **The Street as Communications Artifact.** In: ANDERSON, Standorf. *On Streets.* Cambridge, The Mit Press.
- DARTIGUES, André. 1973. O que é a fenomenologia?
- DIXON, John. 2001. **Contact and Boundaries. Locating the social psychology of intergroup relations.** *Theory & Psychology*, v. 11, n. 5, p. 587-608.
- FISCHER, Gustave Nicolas. 1997. **Individuals and environment: a psychological approach to workspace.** New York: De Gruyter.
- FREUD, Sigmund. 1976. **O Ego e o ID e Outros Trabahos.** Vol. 19 de obras completas de Sigmund Freud.
- FRICK, Dieter (Ed). 1986. **The Quality of Urban Life: Social, Psychological, and Physical Conditions.** Walter de Gruyter: Berlin and New York.
- GANS, Herbert J. 1976. **Planning and Social Life: friendship and Neighbor Relations in Suburban Communities.** In: PROSHANSKY, Ittelson & RIVIN. *Environment Psychology: (...).*
- GARLING, Tommy; GOLLEDGE, Reginald G. 1989. **Environmental Perception and Cognition.** In ZUBE, Ervin; MOORE, Gary. *Advances in Environment, behavior and design.* Plenum Press: New York and Lodon, v. 2, p. 203-236.
- GEHL, Jan. 1987. *Life Between Buildings. Using Public Spaces.* New York: Van Nostrand Reinhold.
- GOSS, J. 1993. The ‘**Magic of the Mall**’: **An Analysis of Form, Function, and Meaning in the Contemporary Retail Built Environment.** *Annals of the Association of American Geographers*, 83 (1), 18-47.
- GRAHAM, J. 1988. **Post-Modernism and Marxism.** *Antipode*, 20 (1), 60-66.

- HALL, T. Edward. 1973. **La dimension oculta: enfoque antropológico del uso del espacio**. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local.
- HARVEY, D. 1990. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Blackwell.
- HARVEY, D. 2005. “**El arte de la renta: la globalización y la mercantilización de la cultura**”, In: D. Harvey e N. Smith (eds.), *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura* Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 29-57.
- HILLIER, Bill & HANSON, J. 1984. **The Social Logic of Space**. Cambridge University Press.
- HILLIER, Bill; BURDETT, Richard; PEPONIS, John & PENN, Alan. 1987. **Creating Life: Or, Does Architecture Determine Anything?** *Architecture and Behavior*, v. 3, n. 3, p. 233-250.
- HILLIER, Bill. 1988. **Against enclosure**. In: TEYMUR, Necdet; MARKUS, Thomas A. & WOLLEY, Tom. *Rehumanizing housing*. London: worths, p. 63-88.
- HILLIER, Bill; PENN, Allan; HANSON, Jullienne; GRAJEWSKI, T. & XU, J. 1993. **Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement**. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 20, p. 29-66.
- HUSSERL, Edmund. 1986. **Ideas relatives a una fenomenologia pura y una filisofia fenomenológica**.
- JAMESON, F. 1991. **Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. London: Verso.
- KHALIL, Husan & ZIMRING, Craig. 1997. **Does street layout predict social interaction?** EDRA 97. Conference, Montreal, Canada.
- KEARNEY, Anne R. 2006. **Residential Development Patterns and Neighborhood Satisfaction. Impacts of Desity and Nearby Nature**. *Environment and Behavior*, v. 38, n.1, p. 112-139, jan.

- KIM, Joongsub & KAPLAN, Rachel. 2004. **Physical and Psychological factors in sense of community**. New urbanism Kentlands and Nearby Orchard Village. *Environment and Behavior*, v. 36, n. 3, p. 42-69, mai.
- KING, A. 2003. **“Cultures and Spaces of Postcolonial Knowledges”**. In: Anderson, K. *et al.* (eds.) *Handbook of Cultural Geography*. London: Sage, 381-397.
- KNOX, P. e Pinch, S. 2006. **Urban Social Geography. 5th Edition**. Harlow: Pearson Education Limited.
- LANG, J. 1987. **Creating Architectural Theory: The Role of the Behavioral Sciences in Environment Design**. New York, Van Nostrand Reinhold Company.
- LANG, J. 1998. **Creating Architectural Theory: The Role of the Behavioral Sciences in Environment Design**. New York, Van Nostrand Reinhold Company.
- LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio. 1995. **As técnicas de OPO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído**.
- LAY, Maria Cristina Dias. 1998. **Site Layout, territorial organization and social behavior in the residential environment**. In: J Teklenburg, J. Vanadel, J. Smeets & A. Seidel (eds.), *Shifting Balances*. Eindhoven, the Netherlands, EIRASS, p. 187-201.
- LAY, Maria Cristina Dias. 1992. **Responsive Site Design, User Environment Perception and Behavior**. Tese de Douturamento, School of Architecture, Oxford Brookes University.
- LEEDY, D. L. 1980 . **Planning and wildlife management and recreation management in urban and suburban areas**. Ellicott City, Maryland: Urban Wildlife Research Center.
- LEWIN, Kurt. 1965. **Teoria de Campo em ciência social**. São Paulo Pioneira.
- LEVITAS, Glória. 1991. **Anthropology and Sociology of Streets**. In: ANDERSON, Stanford. *On Streets*. Cambridge, The Mit Press.
- LYNCH, Kevin. 1973. **Site Planning**. Massachusetts Institute of Technology, Cap. 1-4.

- LYNCH, Kevin. 1960. **A imagem da cidade.**
- LISKA, Allen E.; SANCHIRICO, Andrew; REED, Mark. 1988. **Fear of Crime and Constrained Behavior Specifying and Estimating a Reciprocal Effects Model.** *Social Forces*, n. 66, v. 1, p.827-837.
- MANZO, J. 2005. **Social Control and the Management of ‘Personal’ Space in Shopping Malls.** *Space & Culture*, 8 (1), 83-97.
- MENDES, L. 2001/02. **O Lazer e o Recreio no Parque das Nações: O consumo, o lúdico e o estético na produção da cidade pós-moderna.** *Inforgeo*, 16 (17), 81-108.
- MERRIFIELD, A. 1996. **Public space: Integration and exclusion in urban life.** *City*, 5 (6), 57-72.
- MICHELSON, Willian. 1987. **Groups, Aggregates and the Environment.** In: ZUBE, Ervin; MOORE, Gary. *Advances in Environment, behavior and design.* Plenum Press: New York and London, v. 1, p. 161-185.
- MOLES, A. 1970. **Sociodinâmica da cultura.** Barcelona: Gustavo Gili.
- MOSER, Gabriel; RATIU, Eugénia; FLEURY-BAHI, Ghazlane. 2002. **Appropriation and interpersonal relationships, From Dwelling to city through the neighborhood.** In: *Environment and Behavior*, v. 34, n.1, p. 122-136, jan.
- MOUDON, Anne Vernez; LEE, Chanam; CHEADLE, Allen D.; GARVIN, Cheza; JOHONSON, Donna; SCHIMIDT, Thomas L.; WHEATHERS, Robert D. & LIN, Li. 2006. **Operational Definitions of Walkable Neighborhood: Theoretical and Empirical Insights.** *Journal of Physical Activity and Health*, v.3, n.1, p. 99-117.
- MUGA, Henrique. 2005. **Psicologia da Arquitetura.** 2ª Edição, Canelas VNG: Edições Gailivro, Lda.
- NASAR, Jack L. 1997. **Urban Design Aesthetics.** In MOORE, G. & MARANS, R, (eds.). *Advance in Environment, Behavior, and Design.* Volume 4. New York: Plenum Press, P.149-193.

- NEWMAN, Oscar. 1996. **Creating Defensible Space**. U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research.
- NORBERG – SCHULZ, Christian. 1980. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture**. New York, p.6.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. 2002. **O que é arquitetura? Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**.
- PALLASMA, Juhani. 2011. **Os olhos da Pele**. Porto Alegre. Bookman, p. 32.
- PERKINS, D.D.;MEEKS, J.W. & TAYLOR, R.B. 1992. **The physical environment of street blocks and resident perceptions of crime and disorder: Implications for theory and measurement**. Journal of Environment Psychology, v.12, p.21-34.
- PERKINS, D.D.; TAYLOR, R.B. 1996. **Ecological assessments of community disorder: their relationship to fear or crime and theoretical implications**. American Journal of Community Psychology, v.24, n.1, p. 63-45, fev.
- POLIÃO, Marcos Vitrúvio. 1968. **Citado in Architterura civile**. Guarino Guarini-Edizione il Polifio, p. 5.
- PROSHANSKY, Ittelson & RIVLIN, L. (Orgs.). 1970. **Environment Psychology: man and his physical setting**. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- RAPOPORT, Amos. 2003. **Cultura Arquitectura e Diseño**. Edicions UPS: Barelona.
- RAPOPORT, Amos. 1986. **The Use and Design of Open Spaces in Urban Neighborhoods**. In: FRICK, Dieter (Ed.). The Quality of Urban Life: Social, Psychological, and Physical Conditions. Walter de Gruyter: Berlin and New York, p, 159-175.
- RAPOPORT, Amos. 1985. **Designing for Diversity**. In: JUDD, B; DEAN, J.; BROWN, D. (Eds.). Housing Issues n.1: Design for Diversification. Raia Camberra, ACT.
- RAPOPORT, Amos. 1978. **Aspectos humanos de la forma. Hacia una confrontación de las ciências sociales com el diseño de la forma urbana**. Barcelona, Editora Gustavo Gill, Cap. 1 e 5.

- REIS, Antônio Tarcísio L.; LAY, Maria Cristina Dias. 1995. **As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído**. ANTAC, v.1, p.31.
- ROFÉ, Yodan. 1995. **Space and community. The spatial foundations of urban neighborhoods**. Berkeley Planning Journal, n.10, p.107-125.
- ROGERS, Carl. 1980. **A Way of Being. Boston**. Houghton Mifflin.
- ROSSI, Aldo. 2001. **Arquitetura da Cidade**. Martins Fontes.
- RYAN, J. 2004. **“Postcolonial Geographies”**. In: Duncan, J. *et al.* (eds.), *A Companion to Cultural Geography*. Oxford: Blackwell Publishing, 469-484.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1988. **A Cidade como um jogo de cartas**. p. 15-46.
- SKJAEVELAND, Oddvar & GARLING, Tommy. 1997. **Effects of interactional space on neighbouring**. Journal of Environmental Psychology, n.17, p. 181-198.
- SOCZKA, Luís. 1994. **Ensaio de Etologia Social**. Fim de Século Edições.
- SODEUR, Wolfgang. 1986. **Social Networks in Urban Neighbourhoods**. In: Dieter (Ed.). *The Quality of Urban Life: Social, Psychological, and Physical Conditions*. Walter de Gruyter: Berlin and New York, cap. 5, p. 61-72.
- STEVENSON, N. 2001. **“Culture and Citizenship: An Introduction”**, in Stevenson, N. (ed.) *Culture & Citizenship*. London: Sage Publications, 1-10.
- STOKOLOS, Daniel. 1995. **The paradox environment psychology**. American Psychologist, v.10, n. 50, p. 821-837.
- SULLIVAN, William C.; KUO, Frances & DEPOOTER, Stephen E. 2004. **The Fruit of Urban Nature. Vital Neighborhood Spaces**. Environmental and Behavior, . 36, n.5, p. 678-700, set.
- TALEN, Emily. 2000. **Measuring the Public Realm: a Preliminary Assessment of the Link between Public Space and Sense of community**. Journal of Architectural and Planning Research, vol. 17, n.2, p. 344-35.

- TAYLOR, Ralph B. 1988. **Human territorial functioning: An empirical, evolutionary perspective on individual and small group territorial cognitions, behaviors, and consequences.** New York, Cambridge University, cap.5 e 8.
- TSIOMIS, Yannis. 1996. **Projeto urbano, embelezamento e reconquista da cidade.** In: Machado, Denise Barcello Pinheiro; Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.). Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, p. 24-29.
- TWIGGER-ROSS, Clare L. & UZZEL, David L. 1996. **Place identity Process.** Journal of Environment Psychology, n.16, p. 205-220.
- UZZEL, David L.; POL, Enric; BADENAS, David. 2002. **Place identification, social cohesion, and environment sustainability.** Environment and Behavior, v.34, n.1, p. 26-53, jan.
- WERNER, C.; BROWN, B.; ALTMAN, I. 2002. **Transactionally Oriented Research: Examples and Strategies.** In: BECHTEL, Robert B.; CHURCHMAN, Arza (Eds.). Handbook of Environmental Psychology. London: Wiley.

